

GEÓRGIA BELISÁRIO MOTA COSTA

POLÍTICA DO PETRÓLEO: A RELAÇÃO DOS ESTADOS  
UNIDOS COM OS PAÍSES PRODUTORES DE PETRÓLEO DO  
ORIENTE MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso de Relações  
Internacionais para a Universidade de Brasília,  
apresentado como requisito parcial à obtenção do título  
de Especialista em Relações Internacionais.

GEÓRGIA BELISÁRIO MOTA COSTA

POLÍTICA DO PETRÓLEO: A RELAÇÃO DOS ESTADOS  
UNIDOS COM OS PAÍSES PRODUTORES DE PETRÓLEO DO  
ORIENTE MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso para o Instituto de  
Relações Internacionais da Universidade de Brasília,  
apresentado como requisito parcial à obtenção do título  
de Especialista em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Pio da Costa Filho

Brasília

2009

*Ao Edmilson e ao nosso filho, Roberto.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu marido Edmilson, pelo incondicional apoio e carinho diários.

Aos meus pais, por sempre ajudarem a realizar os meus sonhos.

Ao meu irmão, pela incansável amizade.

Ao meu orientador, Prof. Carlos Pio, pelo auxílio e orientação.

À secretária do IREL, Celi, pela amizade e simpatia com que sempre nos atendeu.

Aos colegas de turma, por proporcionarem uma agradável, apesar de breve, jornada pela Especialização.

A Deus, por me dar tudo isso.

## **RESUMO**

Este trabalho busca analisar o petróleo como conceito político sob a ótica da relação entre o maior consumidor mundial de petróleo, os Estados Unidos, e a maior região produtora, o Oriente Médio, representado pelos cinco países detentores das maiores reservas de tal combustível. Assim, a pesquisa conta com a busca por um referencial teórico de Relações Internacionais para compreender a condição política desta relação. São apresentados dados atualizados sobre o petróleo no contexto global e regional do Oriente Médio, bem como dados de produção e consumo. A partir daí, quatro momentos históricos foram escolhidos como forma de ilustrar o petróleo sendo utilizado como elemento político: o primeiro choque do petróleo de 1973, o segundo choque do petróleo de 1979, a Guerra do Golfo de 1990-91 e a invasão norte-americana ao Iraque em 2003. Estes quatro eventos registram, historicamente, exemplos de usos do petróleo como arma política.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the oil as a political concept on regard of the relation between the largest world oil consumer, the United States, and the largest producer region, the Middle East, represented by the five countries owning the major reserves of such resource. Thus, the research seeks a theoretical support in International Relations to understand the political condition of such relation. There are presented updated data about the oil in the global and regional (Middle East) context, as well as production and consume data. From this point, four moments were chosen to figure the petroleum being used as a political element: the first oil shock in 1973, the second oil shock in 1979, the Gulf War in 1990-91 and the American invasion to Iraq in 2003. These four events historically register examples of petroleum use as a political weapon.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Reservas Mundiais de Petróleo por Região	Pág. 28
Figura 2 – Países do Oriente Médio Seleccionados 2007 (% Reservas Mundiais)	Pág. 29
Figura 3 – Produção Mundial de Petróleo	Pág. 30
Figura 4 – Consumo Mundial de Energia	Pág. 31
Figura 5 – Uso do Petróleo	Pág. 31
Figura 6 – Previsão para Divisão dos Tipos de Energia - 2030	Pág. 34

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	Pág. 9
<b>CAPÍTULO 1: EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UM ARCABOUÇO TEÓRICO</b>	Pág. 13
1.1. O Realismo	Pág. 16
1.2. O Marxismo	Pág. 20
1.3. A Geopolítica	Pág. 21
<b>CAPÍTULO 2: O PETRÓLEO</b>	Pág. 25
2.1. O petróleo no Oriente Médio	Pág. 35
<b>CAPÍTULO 3: A POLÍTICA DO PETRÓLEO EM AÇÃO</b>	Pág. 42
3.1. O primeiro choque do petróleo	Pág. 44
3.2. O segundo choque do petróleo	Pág. 49
3.3. A Guerra do Golfo	Pág. 54
3.4. A invasão ao Iraque em 2003	Pág. 57
<b>CONCLUSÕES</b>	Pág. 61
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	Pág. 66



### **FICHA CATALOGRÁFICA**

Costa, Geórgia Belisário Mota

Política do Petróleo: a Relação dos Estados Unidos com os Países Produtores de Petróleo do Oriente Médio / Geórgia Belisário Mota Costa / Orientador: Carlos Roberto Pio da Costa Filho. – Brasília, 2009

67 páginas

Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Relações Internacionais / Universidade de Brasília.

Curso de Especialização em Relações Internacionais.

1. Política do Petróleo. 2. Estados Unidos – Oriente Médio.

Instituto de Relações Internacionais

## INTRODUÇÃO

*“O petróleo é 10 por cento de economia e 90% de política” (Daniel Yergin<sup>1</sup>)*

O ensinamento de Daniel Yergin, presidente da *Cambridge Energy Research Associates* e nome de especial referência na cena petrolífera, serve de reflexão inicial para este trabalho. Este é o aspecto que a pesquisa perseguirá ao trabalhar o petróleo como elemento político e não meramente econômico. O que se vêem são relações políticas que se estabelecem atreladas ao elemento petróleo, de modo que a simplificação econômica perde espaço para derivações políticas que vão além de algum grau de previsibilidade possibilitado pela formulação de modelos econômicos.

É pacífico que o mundo necessita vitalmente do petróleo para continuar a girar a roda de suas sociedades desenvolvidas (ou em desenvolvimento). Da mesma forma, essa necessidade fulcral encontra dificuldades no que tange ao seu fornecimento. Explico: ao assumirmos a premissa de que o petróleo é um recurso esgotável e que o mundo ainda não está plenamente pronto para viver sem sua ativa participação, apesar do crescente desenvolvimento de novas matrizes energéticas, a luta pela manipulação e posse da produção de tal não poderia ser mais evidente. Entretanto, como a distribuição do petróleo não se dá pela vontade do homem, mas por determinações da natureza, o aspecto mais complexo é que tais bacias estão naturalmente disponibilizadas em Estados que detém soberania sobre seus territórios. E, por compreender que os recursos naturais, sobretudo os mais escassos e necessários, fazem parte de políticas do que se denomina “*segurança nacional*”, chega-se então a um ponto intrigante na discussão.

De um lado, os países produtores, afortunados no sentido de possuírem largas reservas de petróleo no seu território e poderem contar com elas para barganharem não somente a riqueza que dele pode resultar,

---

<sup>1</sup> Apud SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. As geopolíticas do petróleo. Lisboa: Instituto Piaget, 2006. p. 9

mas também condições políticas que lhes sejam favoráveis segundo seus interesses. Do outro lado, os países consumidores altamente dependentes do petróleo, muitas vezes vítimas de instabilidades regionais que resultam em desequilíbrio nos preços e no fornecimento do seu combustível e que lutam incessantemente por diminuir tal dependência e poder também ditar as regras nesse jogo de interesses.

Como representantes dos países produtores, a pesquisa selecionou os cinco maiores produtores e detentores de reservas do Oriente Médio, a Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Emirados Árabes Unidos, respectivamente do primeiro ao quinto lugar em número de reservas. Como representante dos consumidores, o exemplo mais destacado, os Estados Unidos, com um consumo de aproximadamente 25% do total mundial.

Segundo Yergin (1993, p.595), *“à exceção da Arábia Saudita hoje, (...) os interesses americanos no Oriente Médio eram os mais inseguros.”*<sup>2</sup>. E nos meandros dessa situação nada confortável, Sébille-Lopez (2006, p.39) ainda traz à tona o aspecto que: *“a segurança dos fornecimentos de um consumidor será inevitavelmente feita em detrimento de outros, sejam eles eventualmente aliados ou parceiros”*. Como nos referimos anteriormente, é aí que entra a questão do petróleo como assunto de segurança nacional. Tanto para os países produtores, soberanos sobre seus territórios e seus recursos naturais, quanto para os consumidores, que dependem vitalmente do petróleo para dar vazão a seus ímpetos de crescimento.

É fato que o mundo hoje não está preparado para viver sem o petróleo. Embora haja muita crítica a esta dependência, incluindo-se aí uma relativa novidade no debate que é a questão ambiental, as novas tecnologias que vêm sendo desenvolvidas amplamente ainda não são utilizadas no dia-a-dia e resta no petróleo a responsabilidade de manter funcionando tais economias e sociedades.

E assim, há um mercado que Yergin (2006, p.p.590-591) diagnostica como um *“mercado de vendedores permanentes, em que qualquer dos maiores fornecedores é capaz de criar uma crise de abastecimento ao cortar*

---

*os fornecimentos*”. Ou seja, a iminência de crise, fundamentalmente sustentada na instabilidade política regional, faz da situação uma delicada teia de relações inseguras que parecem fugir do controle norte-americano.

Assim, considerando um cenário instável, de muita produção e muitos recursos nas mãos de poucos e da alta dependência dos Estados Unidos do petróleo, a pesquisa é desenvolvida sob a ótica do estudo de fatos relevantes para as Relações Internacionais que serviram de exemplos passados e poderão servir de inspirações futuras para novas crises e/ou instabilidades.

Primeiramente a pesquisa buscará encontrar nas teorias de Relações Internacionais o amparo necessário para compreender de que maneira tais aspectos estão interligados e o que dizem as teorias sobre o assunto. Não há, de fato, uma única teoria dedicada exclusivamente a compreender a questão do petróleo, ou ainda de recursos naturais, mas em algumas delas esta é uma preocupação visível. Através, portanto, de uma análise multi-teórica, será possível visualizar o que vem sendo produzido pelas grandes correntes de Relações Internacionais que podem servir de amparo à pesquisa composta.

No segundo momento, serão apresentados dados que comprovem a situação do Oriente Médio como grande produtor mundial de petróleo e dono das reservas mais ricas. Também na oportunidade será apresentado um panorama do petróleo no mundo, de que maneira vem sendo utilizado e seu papel na atual matriz energética mundial.

Como forma de perseguir o objetivo fundamental da pesquisa, que é comprovar o uso do petróleo como arma política, a pesquisa apresentará quatro momentos da política norte-americana no Oriente Médio em que houve um envolvimento direto ou indireto, retórico ou camuflado, de garantir o suprimento de petróleo e o controle sobre o mercado segundo seus interesses. Para isso, foram escolhidos quatro momentos memoráveis na História recente e que contam com o elemento do petróleo presente: o primeiro choque do petróleo, em 1973, o segundo choque do petróleo, em

1979, a (primeira) Guerra do Golfo, de 1990-91 e a invasão do Iraque em 2003.

Estes quatro momentos exemplificam quatro formas diferentes utilizadas tanto por produtores como pelo consumidor Estados Unidos de colocar o petróleo frente a suas prioridades estratégicas. Interessante ressaltar que cada um dos quatro momentos teve motivos diferentes, se deram em contextos diversos e não houve, apesar da constante questão do petróleo envolvida, uma fórmula única a ser seguida por um lado ou por outro (produtores ou consumidores). Apesar de servirem como evidências de casos concretos nos quais o petróleo esteve envolvido em articulações políticas, não há como basear análises de acontecimentos futuros nos exemplos do passado. Cada um deles contou com contextos diferenciados e circunstâncias que certamente não se repetirão, mas a constante presença do petróleo no centro da questão, as consequências diretas no mercado e no fornecimento do petróleo e a maneira como, em alguns momentos produtores, e em outros consumidores, tomaram proveito do elemento petróleo demonstram a importância estratégica do recurso.

Segundo Sébille-Lopez (2006, p.39):

*“num sistema globalizado de oferta petrolífera e apesar das especificidades do crude e dos produtos distribuídos a nível sub-regional e de um país a outro, qualquer tensão sobre um segmento de mercado afeta de qualquer maneira o conjunto. Em caso de tensão, a segurança dos fornecimentos de um consumidor será inevitavelmente feita em detrimento de outros, sejam eles eventualmente aliados ou parceiros”*

Assim, compreender essas questões é de fundamental importância para a política internacional contemporânea, de modo que esse trabalho tentará, minimamente e respeitando as assimetrias entre suas possibilidades e a densidade do tema, situar algumas reflexões e contribuir para o debate.

## **CAPÍTULO 1: EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UM ARCABOUÇO TEÓRICO**

Um dos maiores desafios deste trabalho é estabelecer em que esfera das teorias de Relações Internacionais poderá ser inserida a questão da política do petróleo no Oriente Médio. Nas não existe em Relações Internacionais uma única teoria que se refira especificamente ao tema e às suas derivações, o que necessariamente conduz a uma diversificação do referencial teórico pelas correntes que fazem referência aos conceitos adotados pela questão.

A geopolítica do petróleo e seus desdobramentos no Oriente Médio transitam confortavelmente por áreas como Relações Internacionais, Geografia e Política Internacional. Em cada uma delas, vimos nas obras dos mais renomados autores referências que auxiliam e corroboram nossos entendimentos de modo a conceber o estudo com o devido respaldo teórico necessário.

Este trabalho versa fundamentalmente sobre uma questão que, embora soe meramente conceitual, traz, na prática, desdobramentos factíveis que merecem ser melhor estudados pelas Relações Internacionais. O petróleo como elemento político é algo que foi percebido pela primeira vez no primeiro choque do petróleo em 1973. O mundo já rodava seu desenvolvimento baseado na matriz energética advinda do petróleo, e já naquele momento era sabido se tratar de um recurso escasso e finito. Entretanto, como há a necessidade de uma ruptura para que se pense sobre determinado tema, foi preciso que os árabes fechassem as torneiras do petróleo aos Estados Unidos e outros países ocidentais, como represália pelo seu apoio a Israel na guerra do Yom Kippur, para que se começasse a ver a força que detinham os grandes produtores de petróleo. Durante a guerra, a Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP – aumentara os preços entre 70 e 100%<sup>3</sup>. Nos cinco meses seguintes, o

---

<sup>3</sup> Coggiola, Osvaldo. *A Revolução Iraniana*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 51.

aumento fora de 400%<sup>4</sup>, o que causou um problema sem precedentes, dada a condição anterior de preços baixos, em que os países consumidores encontravam-se em situação cômoda o suficiente para que não buscassem uma nova matriz energética que substituísse o petróleo e sua necessidade de importação. A partir desse momento, segundo Coggiola (2008, p.52), “o petróleo passou a ser usado como arma política pelos Estados árabes”. Esse marco deu novo *animus* à dinâmica do mercado petrolífero, o qual sofreu um segundo choque em 1979 com a Revolução Iraniana. Nos mesmos moldes do primeiro, o segundo choque do petróleo veio da interrupção dos fornecimentos do Irã (à época o quarto maior produtor mundial de óleo cru e segundo exportador<sup>5</sup>).

Esses dois marcos principais trouxeram o debate sobre o petróleo a posição de destaque e foi durante estes anos que muito se produziu a respeito do tema. Passada a tempestade, o tema arrefeceu por três motivos, os quais Susane Peters (apud Fuser, 2008:25) aponta: a) o sucesso inicial dos países ocidentais consumidores em reduzir sua dependência em relação aos produtores do Oriente Médio; b) a globalização da economia e c) a crença que o poder ilimitado da tecnologia iria transpor qualquer eventual escassez de recursos naturais. Passados os anos, vê-se que, apesar da intensificação dos aspectos apontados por Peters, a questão não está próxima de uma solução final. De fato, houve uma diversificação dos produtores de petróleo espalhados pelos cinco continentes, a intensa globalização da economia e a tecnologia já avançam a passos largos no sentido de encontrar uma matriz energética que seja capaz de suprir o petróleo com todas as suas limitações e atender também a um novo anseio derivado da problemática ambiental que ora se põe.

Entretanto, o debate arrefeceu sem que a situação fosse plenamente encaminhada, o que faz com que a descontinuidade no processo de geração de conhecimento sobre a política do petróleo nos mostre que ainda estejamos tão sujeitos a oscilações bruscas de preços e dependência do recurso, apesar da existência e do desenvolvimento de alternativas.

---

<sup>4</sup> Op. Cit.

<sup>5</sup> Op. Cit p. 52

Ao assumir que a política do petróleo transita pelas Relações Internacionais ao lidar com Estados que necessitam do recurso e Estados que detêm as reservas e a produção, há de se considerar a dinâmica das teorias desta área do conhecimento para os movimentos que fazem os países no sentido de atender os seus objetivos. Também daí devem constar os entendimentos sobre a Política Internacional, que é a responsável pelos cálculos estratégicos e pelas tomadas de decisões que estão relacionadas com o petróleo e que se responsabilizam por aspectos que vão muito além de trocas puramente econômicas. Também há de se considerar a Geografia e a Geopolítica, especialmente quando assumimos que *“leis de natureza geológica determinam a localização das grandes bacias petrolíferas”*<sup>6</sup>. A geologia não se aplica no escopo humanístico do trabalho, mas a percepção da Geografia sobre a relação do homem sobre seu território e seus recursos já ganhou a atenção de Claude Raffestin, que ressalta que *“todo recurso pode ser objeto de uma análise, em termos de poder: quer seja de uso corrente, quer seja de pouco uso”*<sup>7</sup>.

O entrave que se põe ao não encontrarmos uma teoria de Relações Internacionais que seja capaz de tratar a questão do uso político de recursos naturais como centro de seu pensamento, transforma-se em rica e diversificada solução, pela qual passa o encontro do tema em várias teorias, mesmo que, ressalte-se, sem que nenhuma delas coloque o debate no centro de suas preocupações. As referências são sempre secundárias, mas de interessante valor para esta análise. Segundo o que sugere Rosenau (apud FUSER, 2008, p. 30.):

*“mesmo os debates substantivos parecem ter-se conduzido dentro de um contexto de uma tolerância compartilhada, uma disposição de reconhecer que não há respostas simples, que as Relações Internacionais se tornaram extremamente complexas e que, portanto, o entendimento progride melhor por meio de uma variedade de abordagens”*

Buzan & Little (apud FUSER, 2008, p.30) também parecem coadunar deste entendimento sobre a construção teórica da análise de Relações

---

<sup>6</sup> SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. As geopolíticas do petróleo. Lisboa: Instituto Piaget, 2006, p.

<sup>7</sup> Raffestin, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 251



Internacionais, ao afirmar que deve-se substituir a idéia de teorias confrontantes pela “*suposição que é interessante e que vale a pena contar essas histórias em paralelo*”.

Portanto, para estruturar o arcabouço teórico deste trabalho, contaremos fundamentalmente com as teorias Realista e Marxista de Relações Internacionais e com a Geografia. Cada uma destas correntes, embora não tenha como seu principal objeto o estudo relacionado ao que se propõe a pesquisa, contribui de certa forma para o ferramental analítico proposto.

Embora caiba o questionamento do porquê da ausência de teorias econômicas, ressalte-se que o trabalho visa a transpor o aspecto econômico e comercial do comércio do petróleo como *commodity*. A centralidade do trabalho está exatamente em fugir desta determinação, que seria a mais evidente ao identificar um bem econômico escasso e altamente transacionável no comércio internacional, e apontar a característica política e estratégica do petróleo, inclusive cunhando o termo proposto por Daniel Yergin (1993), a arma do petróleo.

### **1.1. O Realismo**

A tradicional corrente de pensamento realista de Relações Internacionais prevê aspectos que se acercam da temática da política do petróleo em diversos pontos. Entretanto, se o desafio é encontrar a corrente que melhor se adapte a esta análise, Nogueira e Messari (2005) afirmam que nem mesmo dentre os realistas é fácil determinar premissas que sejam comuns a todas as vertentes.

O Realismo, apesar da crítica válida no que se refere às suas limitações impostas pelo modelo de análise de Estados como principais atores, unitários e racionais, ainda apresenta uma série de entendimentos que podem ser perfeitamente utilizados em análises de temas que não se refiram ao *hard power* exclusivamente ou a questões de segurança. Há de se fazer as devidas ressalvas aos excessos realistas, aos pontos nos quais

a teoria peca, mas há muito o que se possa utilizar na análise do caso concreto.

Na realidade que ora se vive, o conceito de segurança ganhou um alargamento e não mais se refere somente a disputas militares de expansão territorial. A segurança hoje é alimentar, ambiental, energética, dentre outros conceitos que se destacam na nova agenda internacional. Daí a utilidade do pensamento realista, que clama pela manutenção da segurança como razão de ser do Estado.

No caso em tela, a segurança energética dos países passa necessariamente pelo domínio da energia que rege o país. Em sociedades urbanas e altamente industrializadas, o estilo de vida não permite que a natureza esteja à frente das dinâmicas das vidas das pessoas. A realidade é toda ela maquinada, e estas máquinas precisam de energia para funcionar. Embora o desenvolvimento de fontes alternativas de energia esteja cada vez mais evidente e intenso – até por causa da nova agenda que inclui também conceitos de responsabilidade ambiental -, o petróleo ainda é a fonte majoritariamente utilizada em veículos e na indústria, em vários países.

Garantir o funcionamento dos transportes e da energia transformou-se em questão de Estado, denominada segurança energética. Assim, o Estado deve lançar mão do que estiver ao seu alcance para suprir esta sua necessidade vital.

Morgenthau (1993) ressalta as matérias-primas, os fatores geográficos e a autonomia na obtenção de alimentos como componentes estáveis do poder das nações. Estes recursos naturais representam, para o autor, que:

*“não por acaso os dois países mais poderosos da atualidade, os Estados Unidos e União Soviética, são os que mais se aproximam da auto-suficiência nas matérias-primas necessárias à produção industrial moderna e os que detêm ao menos o controle daquelas fontes de matérias-primas que eles não produzem por si mesmos”. (Morgenthau, 1993, p. 129)<sup>8</sup>*

O Realismo, apesar das dissonâncias, herdou alguns aspectos de Hobbes, Maquiavel e Tucídides que parecem poder ser considerados comuns a todos os realistas. São esses aspectos: “a centralidade do Estado,

---

<sup>8</sup> Tradução nossa.

*que tem por objetivo central sua sobrevivência, a função do poder pra garantir essa sobrevivência (...), e a resultante anarquia internacional*<sup>9</sup>.

Neste cenário, a sobrevivência do Estado à qual se referem os autores, passa, necessariamente, pelo suprimento das necessidades energéticas e, portanto, pelo controle das fontes de petróleo, tendo em vista a atual conjuntura.

Waltz (2002, p.202) expressa sua preocupação em como um Estado pode manter seu poder sem ceder às necessidades de suprimento de matérias: *“algumas matérias-primas tornar-se-ão ainda mais escassas, e nós e outros tornar-nos-emos mais dependentes dos seus fornecedores”*. E prossegue, fazendo alusão ao petróleo: *“o controle do fornecimento e do preço do petróleo pela OPEP despoletou preocupações sobre a escassez futura de matérias-primas, provocada ou natural”*. Segundo Morgenthau (1993, p.129), *“ao passo que a importância absoluta do controle de matérias-primas para o poder nacional tem aumentado em proporção à mecanização da guerra, certas matérias-primas ganharam em importância em relação a outras*<sup>10</sup>.

A clara preocupação, embora não tenha tomado papel central do debate realista, encaixa-se perfeitamente ao ideal da construção do poder das potências nas relações internacionais.

Morgenthau, que dedicou interessantes páginas ao poder do petróleo, adiciona um novo item, qual seja a posição que adquirem os países produtores e exportadores de petróleo devido unicamente à essa característica. Desprovidos dos demais elementos que fariam de determinado Estado um *player* de relevo, o caso de tais países chega a causar perplexidade aos olhos do realismo, que não utilizou em seu cálculo tais aspectos. Morgenthau assume tal pensamento, ao afirmar que: *“países que possuem consideráveis jazidas de petróleo adquiriram uma influência nas relações internacionais que, em certos casos, podem ser atribuídas*

---

<sup>9</sup> Nogueira, João Pontes e Messari, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 23

<sup>10</sup> Tradução nossa.

*fundamentalmente, senão exclusivamente, a esta posse*<sup>11</sup> (1993, p.130). Para ele, *“muitos destes Estados produtores de petróleo são Estados somente por algo que pode ser chamada cortesia semântica*<sup>12</sup>”. Em termos de recursos naturais, Morgenthau considera que tais países não possuem nada, senão areia e petróleo. *“Mas é este petróleo que aparentemente da noite para o dia fez destes pequenos territórios no mapa, os quais chamamos Estados, fatores importantes e até mesmo poderosos na política internacional”*<sup>13</sup> (1993, p.131).

Imagina-se quão difícil deve ser para a teoria realista assumir que países de segunda grandeza, pouco relevantes em termos de política de poder no jogo internacional, tenham condições de assumir posições mais importantes ou até mesmo de ditar as regras, como aconteceram nos dois choques do petróleo da década de 1970. Morgenthau, que não escondeu sua perplexidade no decorrer de suas idéias sobre o tema, mas também não deixou de assumir a condição que verificara, diz que:

*“o embargo ao petróleo pelos Estados produtores no inverno de 1973-74, juntamente com o drástico aumento no preço do petróleo, repentinamente clareou alguns aspectos básicos da política internacional os quais devemos haver entendido teoricamente, mas que nos foram trazidos seriamente pela drástica mudança nas relações de poder trazidas pela nova política do petróleo*<sup>14</sup>” (1993, p.130)

O mesmo autor afirma, ainda, que o petróleo não é mais uma matéria-prima importante para medir o poder de uma nação, mas é agora um material cujas posses ameaçam fazer uma reviravolta nos padrões seculares da política internacional. Ele prossegue afirmando que um Estado que não possui nada em termos de poder, que carece de todos os elementos que tradicionalmente fazem o poder nacional, de repente torna-se um fator poderoso na política internacional porque detém um recurso importante, o petróleo. Para ele, este é um evento de revolucionária importância na política internacional (MORGENTHAU, 1993, p.p.130-31).

Morgenthau (1993, p.131) continua seu pensamento afirmando que

---

<sup>11</sup> Tradução nossa.

<sup>12</sup> Tradução nossa.

<sup>13</sup> Tradução nossa.

<sup>14</sup> Tradução nossa.

*“quando nações que possuem grandes reservas de petróleo são capazes de cooperar e coordenar políticas, como os países exportadores de petróleo faziam no outono de 1973, elas podem impor condições que as nações consumidoras somente podem negar-se a seguir assumindo o risco de imensas desarticulações políticas, econômicas e sociais”<sup>15</sup> (Morgenthau, 1993:131)*

Portanto, o Realismo como escola de pensamento de Relações Internacionais, embora não tenha dedicado seus estudos especificamente à questão do petróleo, nos é bastante útil neste trabalho, pois assume claramente a importância do tema para a garantia do poder e a articulação de determinado país na política internacional, em vistas à sua condição de exportador ou consumidor de petróleo.

O petróleo como arma política, termo cunhado por diversos autores que nos concedem a cortesia de suas contribuições neste trabalho, é reforçado pela visão realista de Relações Internacionais. O mais interessante nesta relação é que esta corrente, tradicionalmente fundada em princípios que regem política de potências, grandes *players*, de fundamental importância no jogo internacional, dá os devidos créditos a um elemento que não parece central no debate realista, não está inicialmente inscrito nos manuais realistas, mas que se mostrou bastante presentes nos recentes acontecimentos. Países menos importantes na cena internacional, como é o caso dos países exportadores de petróleo do Oriente Médio, objetos centrais desta pesquisa, têm condição de atores relevantes em vários marcos da política internacional e, obrigatoriamente, inserem no contexto novos elementos aos quais as teorias e as análises devem render suas atenções.

## **1.2. O Marxismo**

Embora esta corrente teórica das Relações Internacionais não traga tantas contribuições como o fez o Realismo, o Marxismo aponta um fator extremamente importante que verificamos nas relações políticas e econômicas do petróleo: uma dinâmica no sistema internacional na qual os países ricos (Norte, centro) exploram as matérias-primas dos países pobres (Sul, periferia). O Marxismo prevê também a exploração da força de

---

<sup>15</sup> Tradução nossa.

trabalho, sugerindo uma estrutura de trocas desiguais, a qual bem se aplica no caso em tela.

A dinâmica deste sistema é que os países exportadores de petróleo sejam aqueles pobres, primário-exportadores, que não pontificam como potências formadas ou em formação. Ao contrário, os países consumidores são os países ricos, altamente industrializados – e daí surge a grande necessidade do petróleo - , que são também os grandes tomadores de decisões no cenário internacional.

Segundo Nogueira & Messari (2005, p.118),

*“o intercâmbio desigual, a ação das multinacionais e a hegemonia dos países capitalistas centrais produziram um mecanismo de extração do excedente produzido na periferia, uma modalidade internacional do conceito de exploração”.*

Esta é, no nosso entendimento, a contribuição da teoria marxista de Relações Internacionais ao trabalho. Como já mencionado, embora não se trate de uma vasta produção, e embora não haja referência clara à questão do petróleo, o Marxismo se preocupou com as relações de trocas entre os países, da maneira como ocorre com o petróleo.

### **1.3. Geopolítica**

Esta divisão da geografia, a geografia política, ou geopolítica, é útil ao trabalho ao demonstrar que as preocupações que compõem o objeto da pesquisa estão relacionadas à política do petróleo no Oriente Médio.

Sébille-Lopez (2006, p.33) identifica que *“os grandes países produtores do Oriente Médio dispõem de cerca de 60 por cento das reservas petrolíferas mundiais concentradas em cinco países: Arábia Saudita, Iraque, Irã, Kuwait e Emirados Árabes Unidos”*. Essa compilação de dados vem confirmada por Fuser (2008, p.21), que se refere a *“cerca de dois terços das reservas mundiais de petróleo”* e Nunes (2003), que detalha a quantidade de barris em cada um dos maiores países produtores e conclui que *“o Médio Oriente tem petróleo para mais de 80 anos, com reservas provadas de 683,6mmb, correspondentes a 65,3% do total”*. Lins (2006) também transita pela mesma margem de estimativa, citando 62% do total mundial das reservas comprovadas de petróleo.

Portanto, de acordo com os dados, embora o petróleo esteja disponível e seja largamente explorado em várias outras regiões do planeta, o Oriente Médio figura como grande produtor e potencialmente continuará a sê-lo, tendo em vista não somente a produção, mas também o tamanho das reservas proporciona futuras explorações, especialmente na medida em que o recurso for se esgotando nas demais regiões do planeta.

A geopolítica lida com a relação de poder que o homem exerce sobre o seu território. Aqui, não se trata somente da relação que os donos soberanos da terra desenvolvem, mas também daqueles que não possuem legitimamente o controle sobre o espaço geográfico, mas interessam-se em tê-lo devido à abundância do recurso mineral de que tanto precisam.

A relação dos Estados Unidos como maior consumidor mundial de petróleo e os países produtores do Oriente Médio<sup>16</sup> chama a atenção dos autores, na medida em que, segundo Lins (2006, p.12), *“merece especial realce o papel de foco de convergência mundial representado pelos Estados Unidos em relação ao petróleo, em sintonia com a condição estadunidense de – largamente à frente dos demais – maior consumidor do planeta”*. Nas palavras de Pollack (2008, p.5): *“Não nos enganemos: o primeiro e mais importante interesse americano no Oriente Médio são as exportações de petróleo da região”*.<sup>17</sup>

Sébille-Lopez (2006, p.309) percebe essa relação ao afirmar que *“toda a gente sabe que o Médio Oriente sempre foi considerado [...] como uma prioridade estratégica de Washington.”* E ainda: *“os Estados Unidos, plenamente conscientes da importância desta região [Oriente Médio] para a economia mundial, decidiram amarrá-la ao resto do mundo”* (Idem, p.307). Starobin (apud NUNES, 2003) também acredita que *“a política dos EUA para a região assenta nas armas e no petróleo”*

Esta relação geopolítica dos Estados Unidos com o Oriente Médio e o foco no petróleo também é deixada clara por Klare (2001) que afirma que *“por trás desta mudança na geografia estratégica existe uma nova ênfase na*

---

<sup>16</sup> Situam-se no Oriente Médio os cinco maiores produtores mundiais de petróleo: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Emirados Árabes Unidos.

<sup>17</sup> Tradução nossa.

*proteção do fornecimento de recursos vitais, especialmente petróleo e gás”* ao referir-se a uma mudança na estratégia de Washington em levar suas atenções a áreas do planeta como o Golfo Pérsico e Mar Cáspio. Klare (2001) prossegue:

*“porque uma interrupção no fornecimento de recursos naturais traria conseqüências econômicas severas, os maiores países importadores agora consideram a proteção destes fluxos uma significativa preocupação nacional”.*

Segundo Sébille-Lopez (2006, p.38):

*“Com efeito, num sistema globalizado de oferta petrolífera e apesar das especificidades do crude e dos produtos distribuídos a nível sub-regional e de um país a outro, qualquer tensão sobre um segmento de mercado afecta de qualquer maneira o conjunto. Em caso de tensão, a segurança dos fornecimentos de um consumidor será inevitavelmente feita em detrimento de outros, sejam eles eventualmente aliados ou parceiros. [...] É neste contexto concorrencial exacerbado, reforçado por ameaças multiformes de intensidade variável que se filia a geopolítica do petróleo, que passou a impor-se a todos os países consumidores, nomeadamente aos Estados Unidos”.*

Assim, a questão do petróleo como elemento político, embora não conte com uma teoria que tenha se preocupado em conceituá-lo e tratar de suas especificidades, teve a atenção de diversas outras correntes teóricas que, juntas, nos permitem assentir que de fato existe um pensamento substancial sobre o tema.

Em Relações Internacionais, o Realismo dedicou esforços interessantes no sentido de posicionar a questão do petróleo em sua visão de mundo. Morgenthau contribuiu amplamente para os entendimentos propostos, bem como Waltz. Da mesma forma, o Marxismo, em uma escala menor, também apresentou elementos que se referem à análise.

Na geografia, a geopolítica é a vertente que melhor se adequou ao estudo em tela, tendo em vista que lida com as relações políticas dos homens sobre os seus territórios. Assim, ao verificarmos que a quantificação do petróleo passa pela abundância em países do Oriente Médio e que os Estados Unidos figuram como grande consumidor do recurso, necessariamente há uma preocupação norte-americana em garantir de certo modo um domínio naquela região. Tudo com vistas a atender suas demandas energéticas.



Assim, as contribuições de cada uma das teorias aqui referidas auxiliam no entendimento da questão política do petróleo sob a ótica de autores das mais diversas áreas que se empenharam no esforço intelectual de construir conhecimento sobre o tema.

## CAPÍTULO 2: O PETRÓLEO

Yergin (1993) inicia seu livro *“The Prize”* com a história de um professor, nos idos de 1850, que descobrira que um óleo das pedras (*rock oil*, como ele se refere em Inglês) que brotava no noroeste da Pennsylvania, não tinha somente propriedades medicinais, como era utilizado pelos locais, mas era inflamável e seria um excelente iluminador. Naquela época, em que era latente a necessidade por luz, o professor iniciara suas pesquisas e chamara a atenção de investidores e clientes. Seu óleo das pedras, àquela época extraído rudimentarmente, começou a encantar as pessoas. Mas o maior desafio do professor não foi desenvolver suas pesquisas e conhecer mais sobre o recurso. Ele precisava mostrar para os interessados que havia petróleo suficiente em disponibilidade para atender às demandas.

A história do professor americano no século XIX, ricamente detalhada pelo autor, tenta ilustrar o início da dependência mundial do petróleo. No escopo deste trabalho, a dependência norte-americana é a que mais nos interessa. Segundo Kern (2006, p. 1), George W. Bush havia declarado em discurso em janeiro de 2006 que os Estados Unidos eram “viciados em petróleo”.

Do encantamento causado quando da descoberta das propriedades do petróleo pelo professor da narrativa de Yergin (1993) ao discurso de George W. Bush em 2006, não se pode dizer que o petróleo tem sido coadjuvante. Tampouco é possível afirmar que trata-se de um simples insumo ou uma fonte de energia como qualquer outra. O petróleo congrega muito mais atributos que qualquer uma das classificações possibilite. Com o advento da modernização e a velocidade com que o mundo viu sua industrialização, o século XIX foi marcante ao promover mudanças extremas nos modos de vida em tempo proporcionalmente menor que qualquer outro exemplo histórico.

A velocidade com que se viu a modernização, a urbanização e a industrialização é deveras significativa. Não se pode imaginar que um só fator tenha sido capaz de gerar tamanhas transformações em tão pouco

tempo, mas uma série de elementos convergem entre si para que se tenha atingido essa marca. O petróleo, bem mais que a simples generalização como uma fonte de energia, combustível fóssil ou bem econômico, figura facilmente como um destes elementos.

O mundo precisa desesperadamente do petróleo, mas o que não se pode perder de vista é o seu caráter finito. Um recurso o qual é extremamente demandado por todos, possuído por poucos e que, mesmo assim, tem data e hora para acabar, não pode ser visto como mero insumo. Trata-se de um recurso estratégico, para o qual, segundo Kern (2006), a necessidade de suprimento de petróleo tem ditado as regras da política externa norte-americana.

No mesmo evento ao qual Kern (2006) se refere por haver o ex-presidente Bush assumido a dependência do petróleo, 26 anos antes de tal declaração, em 1980, o então presidente Jimmy Carter havia dito que o petróleo do Golfo Pérsico era vital para os Estados Unidos, e que usaria de quaisquer meios necessários para proteger tais interesses. O mesmo presidente haveria afirmado, segundo Fuser (2008, p.42) *“que qualquer tentativa de restringir o fluxo de petróleo pelo Golfo Pérsico será repelida por todos os meios necessários, inclusive a força”*.

O que há de intrigante na questão é que o petróleo não é importante somente para os Estados Unidos. Embora figure como consumidor de 23,9%<sup>18</sup> do total mundial, o país é só um dos que necessitam do petróleo. O ritmo industrial norte-americano não pode ser comparado, nos dias de hoje, com o que se vê em colossos em desenvolvimento, como China, que figura atualmente como grande consumidora de petróleo, mas a sociedade norte-americana se acostumou a um padrão de consumo e um grau de conforto que geram grandes gastos de energia. Esta é uma herança da época em que o petróleo custava pouco e que encher os enormes tanques dos carros americanos não chegava a ser motivo de preocupação. Entretanto, os novos atores da cena internacional também se industrializaram, levaram suas populações para as cidades e carecem tanto do petróleo quanto os Estados

---

<sup>18</sup> BP Statistical Review of World Energy 2008

Unidos. Segundo Sébille-Lopez (2006, p.31), *“sabe-se que foram precisos 125 anos para consumir o primeiro trilião [1 milhão de milhões] de barris de petróleo, porém não serão precisos mais do que trinta anos para consumir o segundo trilião”*.

Segundo Fuser (2008, p.37):

*“o petróleo, principal fonte de energia da economia moderna, manterá sua importância nas próximas décadas, segundo todas as previsões, e sua posse poderá se tornar um fator de disputa política à medida que o crescimento da demanda – principalmente nos países em desenvolvimento e nas potências emergentes, como a China – exercer pressão sobre as reservas”*

Portanto, neste contexto cada vez mais crítico em relação ao consumo de petróleo e a iminência do esgotamento de tal recurso, compreender a lógica das relações entre produtores e consumidores, bem como de que maneira estão distribuídas as reservas e as eventuais relações daí derivadas se faz de extrema importância na construção do cenário que se desenha para os próximos anos.

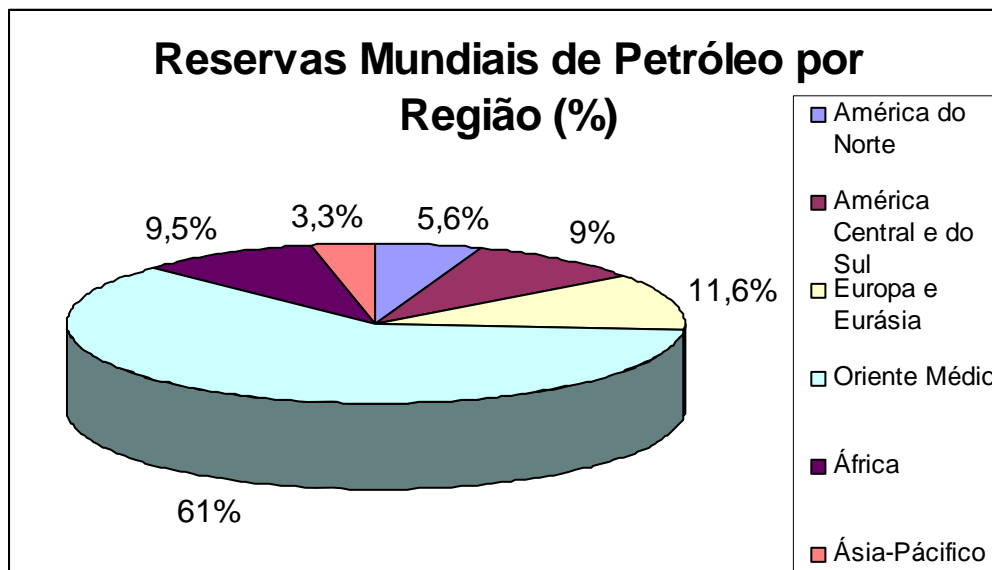
Robert Ebel (apud FUSER, 2008, p.40) afirma que:

*“o petróleo abastece o poder militar, tesouros nacionais e a política internacional. Ele não é apenas uma commodity que pode ser comprada e vendida no contexto tradicional do equilíbrio entre oferta e demanda, mas um determinante do bem-estar, da segurança nacional e do poder internacional daqueles que possuem esse recurso vital e o inverso disso para os que não o possuem”*.

Portanto, o desenvolvimento das relações que propõe o autor, necessariamente leva à análise dos dados concretos sobre o petróleo. A pujança do Oriente Médio como detentor das maiores reservas mundiais de petróleo – apesar de estar aquém de suas capacidades de produção – é um fator de extrema importância na formulação de políticas para a região.

Segundo dados da *BP Statistical Review of World Energy 2008*, o Oriente Médio possui 61% do total mundial de reservas de petróleo, com larga diferença frente às demais regiões, como demonstra o gráfico:

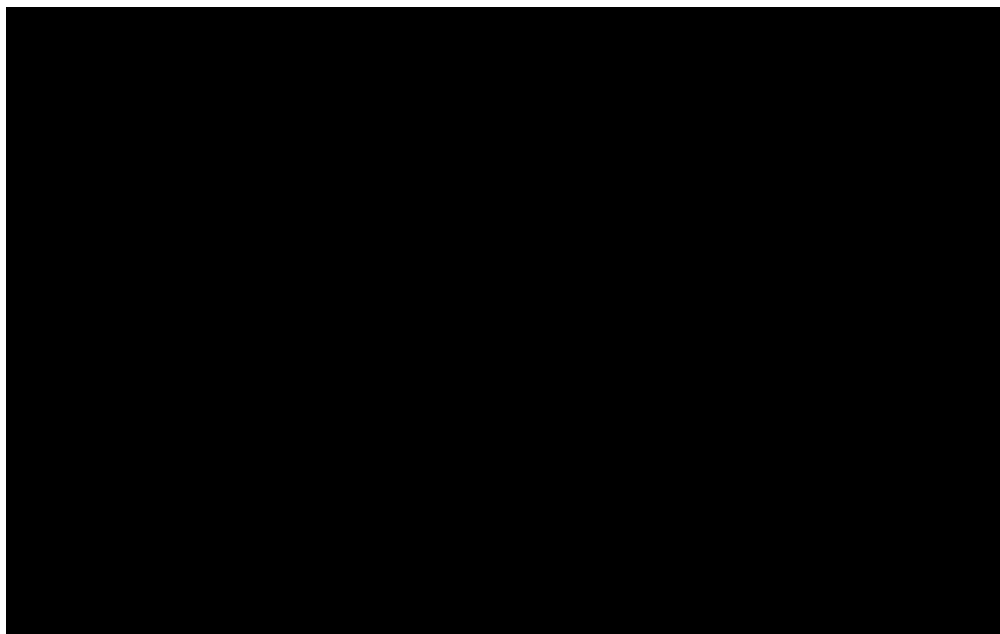
Figura 1



Fonte: Adaptado de BP Statistic Review of World Energy 2008.

Deste total, cinco países da região, Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuait e Emirados Árabes Unidos figuram como os países a possuírem as maiores reservas de petróleo no mundo, como segue, dentre os 61% do total mundial que possui a região do Oriente Médio, segundo a *BP Statistical Review of World Energy 2008*:

Figura 2



Fonte: Adaptado de BP Statistic Review of World Energy 2008.

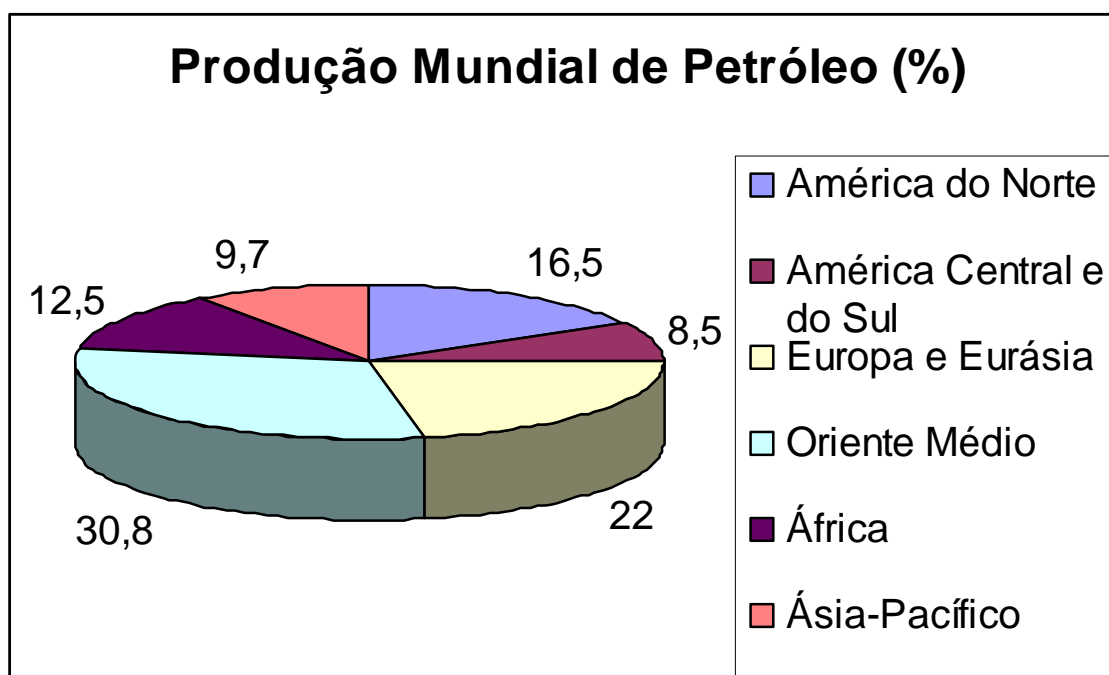
Assim, embora os cinco países não formem um bloco maciço de políticas coordenadas ou cujas experiências possam ser equiparadas, todos eles contam com características que podem gerar certo padrão e que no atual contexto são interessantes de serem analisados.

Desse grupo, os Estados Unidos contam com uma diversidade de relações, desde a aliada Arábia Saudita ao inimigo declarado Irã, passando pelo Iraque, ocupado por tropas americanas. A importância da posse de reservas tem uma importância bem mais prospectiva e futura que atual. De fato, o que os dados demonstram é que as demais regiões, embora não possuam reservas tão significativas quanto as verificadas no Oriente Médio, têm números de produção proporcionalmente mais intensivos que as suas. Analisando sob a ótica de se tratar de um recurso não-renovável, isso significa que as reservas menores, exploradas intensivamente, acabarão mais cedo e, portanto, a importância estratégica do Oriente Médio e dos países produtores que detenham grandes reservas inexploradas tende a aumentar.

O gráfico a seguir demonstra os números da produção mundial de petróleo, divididos por regiões, onde resta visível que a larga diferença entre

os números do Oriente Médio e das demais regiões não se confirma, como no caso das reservas, o que impulsiona para as projeções o aumento na importância da região.

Figura 3



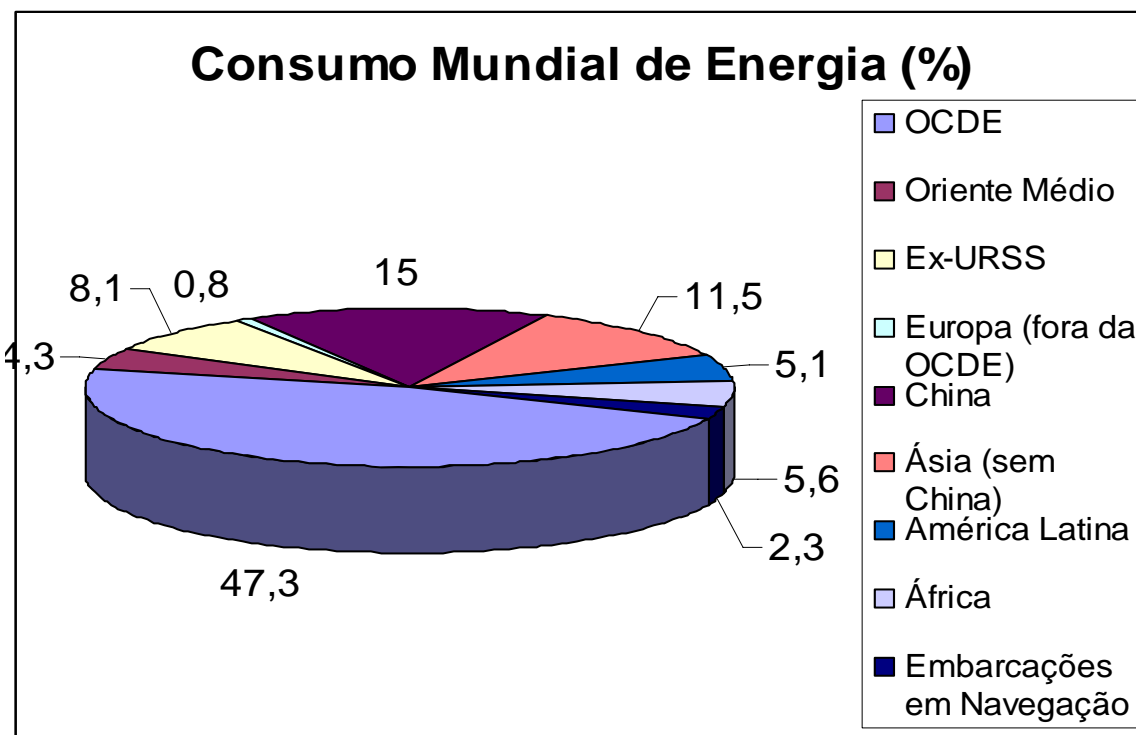
Fonte: Adaptado de BP Statistical Review of World Energy 2008.

Segundo análise de dados do *Key World Energy Statistics 2008* da Agência Internacional de Energia (IEA), o Oriente Médio exporta 69% do petróleo que produz, o que demonstra que há uma assimetria entre sua produção e seu consumo, diferente do que ocorre com os demais grandes produtores (Europa e Eurásia e América do Norte), que consomem grande parte da sua própria produção.

O que esses dados reforçam é a condição estratégica do petróleo do Oriente Médio, que vem sendo responsável por ditar movimentos da política internacional e tende a seguir com essa lógica, tendo em vista o cenário que se abre.

Ressalte-se que, na divisão de maiores consumidores de energia, o Oriente Médio conta com somente 4,3% do total mundial. O gráfico a seguir demonstra como está dividido, em percentuais, o consumo mundial de energia – incluem-se aí todas as fontes de energia, não somente o petróleo.

Figura 4

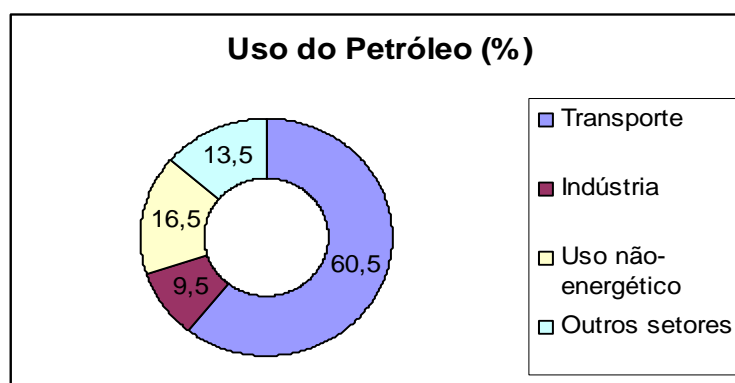


Fonte: Agência Internacional de Energia, Key World Energy Statistics 2008.

Deste total, o petróleo responde por 43,1% de toda energia utilizada no mundo, seguido pela eletricidade (16,7%), gás (15,3%), combustíveis renováveis (12,9%), carvão (8,6%) e outros tipos de energia, que respondem por 3,4% do total (*Key World Energy Statistics 2008*).

O estudo informa ainda que o petróleo é utilizado da seguinte forma:

Figura 5



Fonte: Agência Internacional de Energia, Key World Energy Statistics 2008.



Deduz-se daí que uma área muito sensível como transportes ainda é largamente dependente do petróleo, e isso não colabora com a construção de um eventual cenário de menor dependência do recurso que fosse capaz de diminuir os impactos de tal circunstância na formulação de políticas baseadas na necessidade do suprimento de petróleo.

Pelo que se vê nos gráficos, a situação resta bastante clara em vários aspectos. O primeiro deles é que, apesar da busca pela diversificação nos fornecedores de petróleo pelos os grandes países consumidores (com os Estados Unidos como expoente-mor do grupo) que seja capaz de reduzir a dependência de um ou outro fornecedor individual é insustentável no longo prazo, tendo em vista as reservas comprovadas apontarem sempre para o Oriente Médio como a região mais estratégica para suprir as demandas futuramente. Essa busca por fornecedores diversificados é um reconhecimento do poder político que detém o petróleo e que os consumidores dependentes tentam minimizar. Entretanto, além de o Oriente Médio deter as maiores reservas de petróleo, com grande diferença frente às demais regiões do planeta, um outro aspecto é bastante intrigante nesse cálculo: a sua produção não está proporcionalmente equiparada às suas reservas, especialmente quando comparada com outras regiões que têm grandes números de produção que não correspondentes em reservas. Essa assimetria gera uma reserva futura a qual se mostra inescapável, onde necessariamente os países consumidores uma hora ou outra dependerão do petróleo do Oriente Médio, devido inclusive à rapidez com a qual as demais regiões produtoras vêm liquidando suas reservas. É evidente que a tecnologia avança de modo que a tendência é cada vez mais intensificar a produção do petróleo, o que diminui inclusive a perspectiva temporal que ainda se tem de suprimento de petróleo.

O segundo ponto que os dados deixam claro é a condição dos Estados Unidos como maior consumidor mundial, o qual agora tem que dividir suas preocupações não somente com os fornecimentos de cada vez maior complexidade, mas também com os demais consumidores, como é o caso da China, assumindo uma posição de país com alto índice de

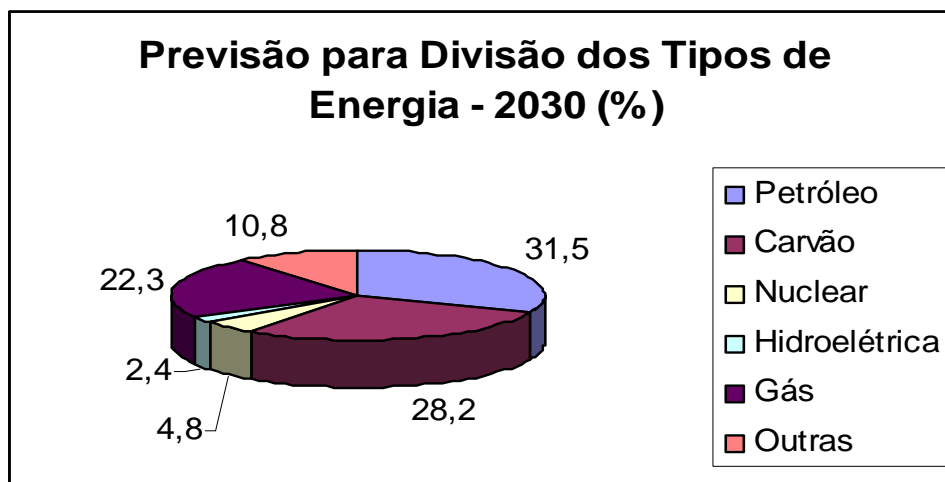
industrialização, o qual também tem aumentado o seu consumo de petróleo. Não somente China, mas os países desenvolvidos da OCDE e nações de industrialização tardia também vão ganhando mais espaço e demandando mais petróleo para seu crescimento. Todos esses aspectos apressam não somente a perspectiva de fim do suprimento de petróleo no mundo, mas também uma necessidade em calcular, em política internacional, os próximos movimentos que garantam o petróleo, item considerado de segurança nacional, de acordo com os teóricos realistas analisados por este trabalho.

Outro aspecto também relevante demonstrado pelos dados é que a matriz energética mundial ainda passa por um grande número atribuído ao petróleo. A evolução nas pesquisas e no desenvolvimento de novas tecnologias de combustíveis renováveis e outras fontes limpas de energia ainda não é capaz de representar um número minimamente confortável em relação à substituição do petróleo. As fontes renováveis de energia diminuem sobremaneira o caráter estratégico e o poder que pode ser atribuído a um recurso energético. Com a possibilidade de multiplicação, não cabe mais atribuir a determinado país fornecedor poder ou posicionamento diferenciado, pois não há uma escassez que o justifique, assim como a tecnologia tende a proporcionar uma replicação da produção em qualquer área do planeta, o que também diminui a importância estratégica de determinadas áreas. No âmbito das fontes renováveis de energia, estas seriam, diferentemente do petróleo, comercializadas e tratadas como bens meramente econômicos e poderiam seguir as lógicas de mercado.

Também vale ressaltar que o Oriente Médio, como grande produtor de petróleo, não apresenta dados robustos quanto ao consumo, o que sugere que grande parte de sua produção (cerca de 69%) serve para exportação. Assim, é inegável a importância estratégica do Oriente Médio ao falar de política do petróleo.

A Agência Internacional de Energia também fez uma prospecção para 2030, e os resultados não são exatamente tranquilizadores, conforme figura 6:

Figura 6.



Fonte: Agência Internacional de Energia, Key World Energy Statistics 2008.

Portanto, segundo a perspectiva demonstrada pelo estudo, dentro de 21 anos, a situação não haverá mudado tanto. Embora haja uma diminuição de 43,1% para 31,5%, à época ainda será aproximadamente um terço de toda energia mundial derivada do petróleo.

A preocupação desta pesquisa não é com o fim das reservas de petróleo, pois estas ainda têm alguns anos de vida, que muitos estimam como 40, 50, 80 anos, mas todos inferiores a 100 anos. O fim do petróleo é uma previsão imprecisa e que esta pesquisa não reúne subsídios para fazê-lo, mas a questão do petróleo não é simplesmente em tê-lo ou acabar. A questão crucial para uma análise de Relações Internacionais focada nesta esfera é dos desdobramentos que virão com a administração desta escassez. Não é uma questão de existir ou não o petróleo, pois esse aspecto não está no foco do trabalho, mas quem o terá? E aqueles que não o tiverem, ficarão satisfeitos ou buscarão meios de garantir seu suprimento?

A História e as análises nos mostram que não, que a tendência é que haja uma disputa pela posse dos recursos escassos, o que vem comprovado por guerras, intervenções militares e quedas de braço políticas por parte daqueles países dependentes do petróleo em relação aos que são detentores das reservas e da produção.

Portanto, ao verificar nos dados que a situação não apresenta perspectivas drásticas de mudança para o futuro próximo e que as figuras de consumidores e fornecedores são bem delimitadas em determinados pontos do planeta, são previsíveis novas disputas – cada vez mais acirradas – e tensões políticas proporcionadas pelos dois lados – compradores e fornecedores -, cientes da capacidade de utilizar o petróleo como recurso político.

### **2.1. O Petróleo no Oriente Médio**

A presença do petróleo é determinada por aspectos geológicos que não seguem regras igualitárias ou eqüitativas. Por esse motivo, o petróleo está dividido no planeta de maneira muito desigual, de modo que determinadas regiões possuem reservas abundantes e outras, não.

Uma região especificamente goza da vantagem de ser detentora de grande parte do petróleo do mundo – 61% segundo dados atualizados -, o Oriente Médio. Não por acaso o trabalho busca compreender a relação existente entre a política do petróleo nesta região sob a ótica das ações norte-americanas para a região.

É interessante a condição do Oriente Médio – e especificamente do Golfo Pérsico, região com maior potencial petrolífero do mundo. Não somente possui as maiores reservas, mas, segundo Fuser (2008, p.44): *“a região exerce posição única no mercado internacional, por sua capacidade de ampliar significativamente a produção em curtíssimo prazo”*. Para ele, a Arábia Saudita é o país que figura como o grande *swing producer*, já que possui um incomparável poder sobre os preços. Isso se dá porque existe uma capacidade ociosa já demonstrada pelos dados que pode ser utilizada de duas maneiras: a primeira é regulando o mercado através da lei da oferta e da demanda, determinando preços de acordo com seu interesse; a segunda é mantendo essa capacidade ociosa como recurso estratégico futuro, enquanto as demais reservas se esgotam, valorizar ainda mais as que estão em seu território e sua futura utilização. Ambas favorecem o país

produtor e são capazes de gerar respostas políticas por parte dos demais interessados neste petróleo.

A Arábia Saudita, como maior detentora mundial de reservas petrolíferas, ocupa não só mundialmente, mas também regionalmente no Oriente Médio, uma posição de destaque perante a questão do petróleo. Segundo Sébille-Lopez (2006, p.312), ela *“continua, através do seu petróleo e dos seus capitais, a ser indispensável ao equilíbrio energético e financeiro dos Estados Unidos”*. Segundo o autor, essa relação entre o primeiro produtor e o primeiro consumidor de petróleo é mantida por décadas através das várias administrações da Casa Branca como prioridade norte-americana para a região.

Um aspecto que emerge nessa relação, e em qualquer outra questão que envolva os países muçulmanos do Oriente Médio é a forte presença da religião como ditame-mor das regras da vida social. A Arábia Saudita, mais ainda, pois é o país “guardião” dos símbolos sagrados do Islã, como a cidade de Meca, e vem, desde a Revolução Islâmica em 1979, duelando friamente com o Irã para decidir quem irá conduzir o futuro político do verdadeiro Islã. Essa é uma questão que os Estados Unidos tentam contornar com medidas cosméticas e superficiais, as quais não fazem parte de seu plano de envolvimento e que corroboram a não ingerência norte-americana nos assuntos de política interna.

Da mesma forma que a Arábia Saudita, um outro país merece posição de destaque ao analisar a relação de petróleo e poder entre Estados Unidos e o Oriente Médio: o Irã. Sébille-Lopez (2006, p.363) afirma que *“o Irã é provavelmente a peça principal no tabuleiro de xadrez construído pela elipse energética mundial”*, e explica: *“a sua superfície, o seu relevo, a sua população e a sua localização fazem dele de facto uma potência regional incontornável para Washington”*.

As atuais relações Irã-Estados Unidos ainda respiram o que fora iniciado com a Revolução Islâmica, em 1979, e não há como fugir do Irã como fornecedor de petróleo e gás – do qual também é detentor das segundas reservas mundiais, depois da Rússia. O crescimento e a

industrialização do país vêm aumentando o consumo interno iraniano, o que não impacta significativamente ainda na condição de exportador. Para Sébille-Lopez (2006, p.367), *“é a segurança das suas imensas reservas de hidrocarbonetos que o leva a desenvolver um programa nuclear e a procurar dispor de uma arma nuclear paralelamente à construção de uma importante indústria de defesa convencional”*. Diferente de outros exportadores de petróleo, aos quais Morgenthau se refere como Estados por “mera cortesia semântica”, o Irã vem buscando consolidar sua condição de potência regional e de importante *player* internacional. Para isso, o país vem buscando, paralelamente à indústria petrolífera, desenvolver as demais indústrias e consolidar um sonoro posicionamento político independente. O fato é que o país tem se tornado um interlocutor cada vez mais complexo para Washington, em termos de *hard power*. A diplomacia norte-americana haverá de buscar estratégias bastantes sofisticadas para sentar à mesa de negociação com este inevitável parceiro.

Mas é no Iraque os Estados Unidos deixam transparecer mais claramente seus interesses pelo petróleo, dentre os parceiros do Oriente Médio. O dono das terceiras maiores reservas mundiais de petróleo<sup>19</sup> não foi invadido com mera consequência dos ataques de 11 de setembro de 2001. Os Estados Unidos, através do Projeto por um Novo Século (PNAC), de 1997, começou a pressionar a Casa Branca por ações militares contra o Iraque. Com o desenvolvimento das atividades de *lobby* a favor do Projeto, em 1998, o governo adotou oficialmente, segundo Fuser (2008, p.220), a mudança de regime no Iraque como uma meta da política externa norte-americana. Com a posse do novo governo três anos mais tarde e nele a participação de 10 dos 18 membros do PNAC, o governo Bush só deu continuidade ao trabalho que já havia sido iniciado. Isso, segundo o autor (FUSER, 2008, p.221), *“leva a crer que a guerra dos Estados Unidos contra*

---

<sup>19</sup> Ressalte-se que os geólogos apostam no Iraque como possível detentor de reservas ainda desconhecidas, de acordo com suas características naturais. Sébille-Lopez (2006, p.345) menciona que não são feitas novas campanhas de prospecção há mais de vinte e cinco anos. O referido autor também informa que das várias jazidas gigantes e supergigantes, muitas foram pouco ou nada desenvolvidas, o que faz com que o potencial iraquiano esteja ainda intacto.

*o Iraque já estava sendo planejada muito antes dos atentados de 11 de setembro de 2001”.*

O argumento da propagação da democracia no Iraque e a função messiânica dos Estados Unidos frente aos infiéis não democráticos povoa a retórica americana antes e durante a guerra, mas Fuser (2008, p.225) ressalta que é notável a ausência do tema da democracia em toda a enorme coleção de documentos de política externa relacionados com o Oriente Médio, nos quais os interesses prioritários sempre destacam *“o acesso às reservas de petróleo, a sobrevivência e segurança de Israel e, até o fim da Guerra Fria, o bloqueio de qualquer influência soviética na região. A disseminação dos ideais democráticos é um tema praticamente ausente”.*

Para o referido autor, a dependência norte-americana do petróleo está por trás da guerra do Iraque de 2003 e o objetivo principal seria substituir um regime hostil a um que lhe fosse mais favorável. A importância estratégica do petróleo do Iraque é inegável e a determinação norte-americana em garanti-lo ganhou forma mais especificamente a partir da doutrina Carter, em 1980, pela qual os Estados Unidos teriam acesso ao petróleo, utilizando-se inclusive da força militar, caso necessário fosse.

As relações com Kuait e Emirados Árabes, embora não venham a ser tão robustas ou relevantes quanto as com Arábia Saudita, Irã e Iraque, também são de importância estratégica na formação de uma estrutura regional de participação a qual os Estados Unidos suplantam no Oriente Médio.

No Kuait, os Estados Unidos mantêm a gigantesca base de Camp Doha, desde o final da Guerra do Golfo, a qual em 2003 foi de bastante valia como plataforma para a invasão terrestre ao Iraque.

Nos Emirados, igualmente após a Guerra do Golfo, o interesse em construir uma relação de segurança com os Estados Unidos proporcionou, em 1994, a assinatura de um acordo de cooperação militar, pelo qual os americanos têm acesso à base aérea de al-Dhafra, bem como o porto de Jebel Ali é bastante utilizado pelos Estados Unidos para suprir sua marinha.

Não somente com estes maiores produtores de petróleo, mas de uma maneira mais extensa e com o objetivo de realmente ter uma sólida presença no Oriente Médio, os Estados Unidos também tem relações estratégicas e acesso a bases em Omã, Catar e Bahrein.

No contexto do Oriente Médio, não se pode deixar de mencionar as relações de Estados Unidos com seu aliado Israel. Embora não seja o escopo desta pesquisa e a questão do Estado de Israel não possa ser simplificada desta forma, hoje há uma maior percepção de conformidade dos Estados árabes em relação à existência de Israel. As negociações de paz entre israelenses e palestinos estagnaram-se durante a gestão Bush e após a morte de Yasser Arafat, e os últimos acontecimentos não ajudam a vislumbrar um futuro pacífico para a região e uma solução definitiva para o problema. Entretanto, neste aspecto, o que há de se ter em vista é que os Estados Unidos são aliados do país que, apesar da apatia árabe dos dias de hoje, já fora visto como invasor, contra o qual os mesmos apáticos e ora pacíficos vizinhos já travaram guerras. A causa palestina vem se enfraquecendo com o passar do tempo, com a falta de uma liderança capaz de congregar os interesses palestinos e reporta-los com credibilidade para o mundo e com a disseminação cada vez maior de grupos extremistas. Assim, é natural que a causa tenha perdido o apoio de muitos irmãos árabes e muçulmanos, para cujos interesses não é interessante envolver-se em uma guerra tão complexa.

Entretanto, estes mesmos países já se utilizaram da arma do petróleo como represália aos Estados Unidos na guerra do Yom Kippur. Portanto, não se pode deixar de ressaltar que, mesmo não sendo exatamente aliados incondicionais, os países árabes – grande parte dos quais produtores de petróleo – aceitam pacificamente a presença de Israel por falta de estímulos a agir em contrário e por melhor passar, o que não significa que apóiem ou aliem-se a ele. Assim, essa é uma questão bastante delicada e que já experimentou o uso da arma do petróleo, devendo constar dos cálculos dos formuladores de política externa para a região.



Assim, com o cenário posto, três aspectos são extremamente importantes para este trabalho: (i) a importância do petróleo como recurso energético para a humanidade, (ii) a condição de superioridade da região geográfica do Oriente Médio como grande produtora e detentora de reservas de petróleo e (iii) as complexas relações que o principal consumidor de petróleo tem com os países da região, em especial os maiores produtores.

Portanto, primeiramente, por mais que haja um debate cada vez maior pela diminuição do uso dos combustíveis fósseis, o apelo ambientalista que propõe a busca por fontes de energia limpas e o desenvolvimento acelerado de tecnologias de fontes alternativas de energia e biocombustíveis, o mundo ainda não está pronto para despedir-se do seu ouro negro. A característica finita do petróleo e o conhecimento sobre reservas e capacidades de produção desenham claramente os atores produtores, os consumidores e aqueles que possuem condições de produzir o petróleo no futuro devido às vastas reservas. O suprimento de energia é colocado como questão de segurança nacional e tanto os Estados produtores quanto os consumidores estão dispostos a fazerem valer seus interesses nessa relação de troca.

O petróleo ainda é um recurso de extremo valor para as sociedades industriais e para aquelas em processo de industrialização. O surgimento, inclusive, destas últimas, vem encurtando ainda mais as previsões sobre a sobrevida do petróleo e intensificando os planejamentos que garantam o suprimento aos clientes tradicionais.

O segundo aspecto a ser ressaltado é a condição de supremacia do Oriente Médio em relação às jazidas de petróleo. América do Norte, África e Europa possuem pujantes indústrias de petróleo, capazes inclusive por grande parte do abastecimento mundial, mas região alguma se compara à condição geológica que tem-se no Oriente Médio, mais precisamente na região do Golfo Pérsico. São jazidas gigantes e supergigantes, potenciais ainda não descobertos, imensas reservas pouco exploradas. Enfim, há um grande potencial petrolífero na região e esse fato não pode ser desconsiderado em qualquer análise que se faça sobre petróleo ou Oriente Médio. Os países produtores parecem já haverem se conscientizado da

importância do recurso que possuem e por vezes já lançaram mão do petróleo como arma política, o que será observado no capítulo seguinte.

Por último, mas não menos importante, vale observar as relações dos Estados Unidos nesta região do mundo. As políticas regionais norte-americanas para a região invariavelmente envolvem a garantia do suprimento de petróleo, seja de forma declarada, seja de forma velada. Há momentos de retórica contundente, como a desenvolvida pelo ex-presidente Carter, que salientava claramente o interesse norte-americano no petróleo da região. Em outras oportunidades, como no governo Bush filho, apesar do posicionamento realista, a retórica era mais de *soft power*, de levar a democracia para o povo oprimido. De uma maneira ou de outra, o interesse é sempre, dizem os estudiosos do assunto, o petróleo.

Desde uma incondicional aliança saudita a um incondicional desentendimento com os iranianos, passando pela desastrosa intervenção no Iraque, os Estados Unidos têm esforços concentrados de política para a região, e isso se demonstra claramente também pelo que se tem nos países de menor relevo e que, paradoxalmente, concorrem para a formação de uma base norte-americana na região que garanta seu posicionamento militar, político e comercial.

Assim, como estes aspectos em vista, considerando o caráter estratégico do petróleo já sugerido pelos teóricos e com estas informações a respeito do petróleo, sua indústria e as relações políticas a ela conectadas, o capítulo seguinte trará momentos da política internacional em que houve o uso do petróleo como arma política, como forma de sustentar o que vem se desenvolvendo neste trabalho até aqui.

### **CAPÍTULO 3: A POLÍTICA DO PETRÓLEO EM AÇÃO**

Os capítulos anteriores vêm demonstrando de que maneira o pensamento está organizado no que diz respeito à acepção do petróleo como arma política, conclamado por diversos autores em várias ocasiões. Também pelas várias áreas do conhecimento que se debruçaram sobre o estudo do petróleo, sua condição política é verificada, como este trabalho buscou demonstrar até aqui.

Assentindo na importância do petróleo para o desenvolvimento atual e a maneira como as sociedades se atrelaram à necessidade do petróleo, é inegável a posição de destaque que tal recurso ocupa na questão energética mundial.

Portanto, alguns momentos da política internacional conseguiram verificar na prática o discurso sobre a condição política do petróleo. Alguns destes eventos serão demonstrados a seguir, de modo que o ferramental teórico apresentado no primeiro capítulo, juntamente com as evidências numéricas relativas à importância do petróleo na economia e sociedade atuais encontrarão exemplificações de que maneira os países se comportaram no sentido de garantir o fornecimento do petróleo em vistas aos seus interesses.

Inevitável que as escolhas sejam arbitrárias, entretanto para o recorte utilizado neste capítulo, foram escolhidos quatro momentos que nitidamente detêm maior representatividade na produção textual e na memória recente, todos estes demonstrações práticas registradas na história onde o petróleo figurou com papel de destaque no desenrolar dos acontecimentos.

Os quatro momentos escolhidos, coincidentemente ou como forma de fortalecer o proposto pela teoria realista no primeiro capítulo, figuram no seio de conflitos armados no Oriente Médio. Esta condição, inclusive, propõe reflexões sobre a segurança futura da região, tendo em vista o caráter belicoso das manifestações. Algumas delas vêm diretamente relacionadas ao objeto petróleo, outras trazem o elemento no bojo de emaranhados mais complexos que se desenvolveram com outros fatores.

Assim, os quatro momentos escolhidos foram o primeiro choque do petróleo em 1973, o segundo choque do petróleo em 1979, a Guerra do Golfo e a Guerra do Iraque de 2003. Cada um dos eventos conta com espaçamento de aproximadamente uma década e conta com características comuns, apesar da natureza diversa de cada um deles e da aparente não-relação entre os eventos.

O primeiro veio de um conflito já instalado previamente no Oriente Médio, cujos desdobramentos já vinham se verificando desde a criação do Estado de Israel em 1948, mas neste momento específico inovou ao introduzir a arma do petróleo em uma disputa que não lhe dizia respeito diretamente. Esse é o momento que os autores registram como o marco inicial onde o petróleo fora utilizado como arma política.

Já o segundo choque do petróleo adveio de condições internas ao Irã, que fez sua revolução em 1979, transformando-se em uma República Islâmica, cujo poder passara para as mãos de religiosos extremistas islâmicos. Como fundamentos da revolução iraniana, estiveram a resistência aos valores ocidentais e o fortalecimento do Islã puro como diretrizes para a nova ordem vigente a partir de então. O Irã até hoje mantém esse posicionamento mais inflexível e que pode gerar preocupações ao mercado do petróleo, especialmente tendo em vista seu crescimento econômico e industrial e os precedentes abertos à época da revolução.

O terceiro momento, a Guerra do Golfo do início da década de 1990 foi o momento em que mais claramente se viu o elemento petróleo presente de forma mais declarada. O Iraque, desgastado após oito anos de guerra com a jovem República Islâmica do Irã, precisando a todo custo vender seu petróleo a preços atrativos, encontrou no Kuwait um empecilho, já que este não estava respeitando as cotas da OPEP e impulsionava os preços do petróleo para baixo em um momento crítico para o regime de Saddam Hussein. Assim, um contencioso antigo de fronteira do Iraque com o Kuwait serviu para iniciar a guerra, pois surgiu a acusação de que o Kuwait estaria desviando petróleo de reservas iraquianas na área de fronteira. Um erro de cálculo de Saddam Hussein, que imaginava que tal invasão aconteceria sem

a intervenção de nenhum outro país, incluindo-se aí os Estados Unidos, e que ao contrário, fez com que este último demonstrasse que não deixaria reservas de petróleo de tamanhas proporções nas mãos de um só comando. Neste momento, claramente, a questão do petróleo ficou visível como motriz do conflito.

No quarto momento a ser demonstrado neste trabalho, contaremos com dificuldades mais iminentes pelo fato de ainda estar acontecendo tal fenômeno, qual seja a invasão norte-americana ao Iraque desde 2003. A guerra ainda não fora terminada e os motivos não são plenamente claros para a construção de bibliografia sobre a questão, mas muitos aspectos não declarados sobre a guerra são visíveis através de ações e estes serão os buscados para amparar o trabalho nesta área. As tropas norte-americanas ainda não foram retiradas do Iraque, embora esteja no planejamento de Washington para os próximos anos. Entretanto, de 2003 até hoje, muito já ocorreu no Iraque, incluindo a deposição, julgamento e morte de Saddam Hussein e desestruturação do regime de outrora. Resta saber até que ponto os objetivos iniciais foram alcançados e de que maneira será dado seguimento ao propósito inicial. Em um momento crítico para o suprimento de petróleo, agravado com o decorrer dos anos, como resultado do crescimento de potências emergentes, a ameaça de esgotamento das reservas petrolíferas e a pouca verificação na prática de métodos substitutivos de energia, apesar da já existente dominação das técnicas, o caminho buscado pelos Estados Unidos no Iraque reforça que pode haver uma corrida para o petróleo, um pouco desastrada pela semelhança semântica com a política externa de George W. Bush.

Portanto, nos registros históricos tais eventos são capazes de demonstrar de alguma forma como a questão do petróleo como arma política vem sendo utilizada para garantir, muitas vezes por meios militares, o suprimento do petróleo, buscando reduzir o poder político que detêm os países produtores e cuja tendência é de aumento mais e mais visível.

### **3.1. O primeiro choque do petróleo**

Segundo Yergin (1990, p.653), após 1973, *“foram as nações industrializadas que viram sua soberania diminuída e atacada, sua segurança ameaçada e suas políticas externas limitadas”*<sup>20</sup>. Vários autores citados no primeiro capítulo classificam o primeiro choque do petróleo, em 1973, como o marco temporal do pensamento do petróleo como arma política, um evento que obrigou o mundo a pensar a questão da segurança energética derivada do petróleo sob cálculos políticos anteriormente desconsiderados.

A questão israelo-palestina iniciou-se com a criação do Estado de Israel, em 1948, e até hoje não fora resolvida. A Palestina, então um mandato britânico no Oriente Médio, recebera forte migração judaica a partir do final do século XIX, orientada pelo movimento Sionista, que almejava a criação de um Estado judeu como forma de unir os judeus que viviam em diversas partes do mundo. Dentre as várias opções cogitadas pelos sionistas estava o retorno à Palestina, cuja cidade sagrada, Jerusalém, também acenava para a história judaica. O forte movimento migratório organizado pelo movimento culminou com uma grande ocupação judaica no território palestino, que, em 1947 declara a fundação do Estado de Israel. A Inglaterra simplesmente se retirara do território, aprovando, ainda, a Declaração Balfour, na qual aprovava a criação do Estado israelense em terras palestinas. A partir daí, esforços de paz em todos os sentidos, desde resoluções da ONU para a divisão do território em dois Estados a escaladas de violência vieram acontecendo na região. Na Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel, largamente apoiado pelos Estados Unidos, lutou contra uma frente árabe composta por Egito, Jordânia e Síria, ainda apoiados por Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão. Foi umas das guerras mais importantes dentre as várias envolvendo árabes e israelenses. Este conflito trouxe baixas representativas aos dois lados, especialmente ao lado árabe, que saiu derrotado (juntamente com a União Soviética, que largamente os apoiou). Entretanto, foram duas as maiores consequências de tal guerra: (i) a primeira foi a significativa perda territorial palestina, que, legitimada pela

---

<sup>20</sup> Tradução nossa.

vitória na guerra, deu a Israel uma larga expansão de suas terras inicialmente ocupadas e (ii) a culminação com o choque do petróleo de 1973.

Esta guerra, deflagrada no terceiro dia da celebração do Yom Kippur<sup>21</sup>, e ainda no feriado islâmico do Ramadã, considerado uma das mais importantes datas islâmicas, contou com requintes ainda não experimentados durante os demais conflitos árabe-israelenses. Um dos fatores importantes foi o ataque durante uma celebração religiosa, traço fortemente marcado nos dois lados envolvidos no conflito e que demonstrou um desrespeito na ética que até na guerra é presente. A outra característica que fez da guerra do Yom Kippur um evento memorável dentre a série de conflitos envolvendo tais atores foi o caráter surpresa utilizado pelos árabes ao atacarem Israel.

Neste conflito, os árabes vinham liderados por Egito e Síria e o objetivo era retomar o Sinai e as Colinas de Golã, que haviam sido tomadas por Israel na guerra anterior. O início do conflito fora bastante favorável aos árabes, entretanto reverteu-se em mais uma derrota para o lado árabe em favor de Israel.

As implicações não foram somente de ordem militar, tendo em vista a desestabilização dos exércitos árabes envolvidos em sucessivos combates com Israel – que sempre contou com irrestrito apoio norte-americano, mas também morais. O “Mundo Árabe”<sup>22</sup> vinha humilhado de derrotas anteriores e teve mais uma tentativa frustrada em relação ao cada vez mais importante Estado israelense.

A contrapartida árabe não poderia ter sido mais eficaz contra os interesses norte-americanos – maiores apoiadores de Israel –, nas palavras de Henry Kissinger (apud FUSER, 2008, p.125).

Para entender os efeitos da derrota na guerra árabe-israelense e como estes se transformaram no choque do petróleo, há uma série de outras

---

<sup>21</sup> Feriado judaico do Dia do Perdão

<sup>22</sup> Generalização arbitrária e pouco fiel à realidade dos fatos, tendo em vista não haver uma unidade seja social ou política dos países árabes que justifique a correção do uso de tal termo.

coordenações que vinham sendo organizadas antes mesmo do conflito armado em questão.

Fuser (2008) classificou o momento como um *“oportuno catalisador”* para o intento árabe (aqui representado pelos produtores de petróleo). Yergin (1991, p.639) cita as palavras de Ahmed Yamani, ministro saudita do petróleo e principal porta-voz da OPEP: *“Esperei muito por este momento. E ele chegou. Somos os únicos donos de nossa própria commodity”*<sup>23</sup>. De fato, a guerra do Yom Kippur serviu como motriz para a implantação de uma política que há muito vinha sendo coordenada pela OPEP: o aumento de preços do barril de petróleo. Nas palavras de Ikenberry (1988, p.3): *“os membros árabes da OPEP anunciaram um embargo ao fornecimento de petróleo aos países que apoiaram Israel. Os Estados Unidos [...] eram o principal alvo”*<sup>24</sup>. Segundo informações do mesmo autor, o barril do petróleo que custava cerca de três dólares antes do embargo, chegou a custar onze dólares no ano de 1974.

Na conferência da OPAEP na cidade do Kuwait, em 17 de outubro de 1973 – portanto em meio à guerra -, ficou acertado que os países diminuiriam em 5% em relação aos valores de setembro ao mês a produção mensalmente, até que os israelenses tivessem completamente evacuado os territórios palestinos. Segundo Al-Sowayegh (1984, p.127), também ficou decidido o embargo total do petróleo árabe para Estados Unidos e Holanda. Duas questões foram levantadas durante a reunião, segundo o referido autor: a primeira dizia respeito à redução da produção de petróleo e a segunda sinalizava a nacionalização de interesses estrangeiros – especialmente americanos – sobre o petróleo do Oriente Médio. Em seguida às conversas de outubro, no mês de novembro, uma segunda reunião no Kuwait apontou para uma diminuição ainda maior da produção, acordada em 25%, *“como forma de aumentar a pressão para conseguir a retirada israelense dos territórios árabes”*<sup>25</sup> (AL-SOWAYEGH, 1984, p.129).

---

<sup>23</sup> Tradução nossa.

<sup>24</sup> Tradução nossa.

<sup>25</sup> Tradução nossa.



Segundo Fuser (2008, p.125), *“não há dúvida de que o conflito militar apenas forneceu à OPEP um pretexto para pôr em prática algo que já pretendia fazer de qualquer maneira”*. Segundo o mesmo autor, *“na prática, a ‘arma do petróleo’ se revelou de grande utilidade no plano econômico, ao contribuir para a sustentação dos novos preços”*.

Uma questão que vale ser levantada quanto ao choque do petróleo de 1973 é sobre o argumento proposto pelos árabes para justificar o aumento no preço do petróleo e o embargo imposto a determinados países. Desde o início da questão palestina, nunca houve um apoio árabe maciço à causa ou uma concertação dos diversos países no sentido de proporcionar uma frente consistente que fosse contra os israelenses e a favor dos palestinos. Em verdade, houve atitudes isoladas de um ou outro país, por vezes em acordo um com outro, mas nada que fosse consistente o suficiente a ponto de caracterizar o apoio árabe aos palestinos como uma questão de Estado, como há, por exemplo, dos Estados Unidos em relação a Israel. Nesse sentido, o pretexto árabe de forçar a retirada israelense com a pressão exercida pelo corte no fornecimento de petróleo faz ver que havia um intento pré-existente de coordenação política no âmbito da OPEP e que o uso da questão palestina serviu como ilustração de que a arma do petróleo seria utilizada em prol da consecução dos interesses dos países exportadores sempre que necessário. Prova de que não havia real interesse na questão palestina é que os fornecimentos foram normalizados em abril de 1974 e não havia até ali nenhuma iniciativa de discussão sobre os palestinos.

Portanto, apesar do discurso humanitário fraterno dos países produtores que aderiram ao embargo de 1973, o que havia por trás era o interesse em mostrar ao mundo que eles detinham uma arma muito importante e que estavam dispostos a, em coordenação, utilizá-la sempre que necessário em prol da garantia de seus interesses. Era, pela primeira vez na história, a arma do petróleo sendo utilizada.

O efeito causado certamente agradou aos formuladores de tal estratégia. O mundo já estava suficientemente atrelado ao petróleo e necessitava vitalmente dele. Portanto, o embargo árabe aos Estados Unidos

e o corte na produção, embora não tenha encerrado definitivamente o acesso ao recurso – especialmente tendo em vista o caráter fungível do bem, assim como sua portabilidade -, gerou caos e transtornos àqueles que tiveram o acesso diminuído.

Assim, foi possível comprovar tanto para o lado exportador como para o lado consumidor, que o petróleo de fato poderia ser utilizado como arma política e atenderia aos interesses daquele que detivesse o controle da situação. Não por acaso, a partir deste marco os estudiosos apontam uma maior preocupação com a política do petróleo, e não somente com os aspectos econômicos desta relação. Os Estados Unidos, alvos principais desta campanha árabe, tiveram de considerar a larga importância de um relacionamento harmonioso com o Oriente Médio, focando na garantia do fornecimento do petróleo ao país e desenvolvendo políticas cada vez mais sofisticadas para a região.

O choque do petróleo de 1973 mudou o relacionamento do Ocidente (desenvolvido, sedento por petróleo) com o instável Oriente Médio. A penetração na região é cada dia mais turbulenta e requer do hegemon interessado em exercer significativa influência sobre a região uma sofisticação na formulação das políticas que vai além de uma aparente relação de dominação.

A instabilidade da região, como veremos a seguir, dificulta ainda mais este desiderato e impõe às relações Estados Unidos – Oriente Médio, cautela estratégica para que não haja grandes prejudicados.

### **3.2. O segundo choque do petróleo**

O segundo choque do petróleo, como ficou conhecido o segundo momento mais memorável até então em relação ao petróleo, ocorreu no final da década de 1970 e teve efeitos mais fortes no mercado global que aqueles verificados quando do primeiro choque de 1973, apesar da queda na produção diária dos países da OPEP ter sido menor (3,6 milhões de barris/dia contra 4,2 milhões do momento anterior) que a verificada anteriormente (Rustow, 1982, p.183).

Àquele momento, o mercado internacional já estava mais bem articulado – essa sistematização vem se aprimorando através dos tempos -, a necessidade do recurso era maior a cada dia e o primeiro choque trouxe à baila o espectro da falta do petróleo, que impulsionara os preços do barril para cima a partir de então. Além disso, como explica Rustow (1982, p.p.183-184), no final dos anos 70 a comercialização do petróleo não se dava diretamente entre o consumidor e o país produtor. Aproveitando-se do caráter fungível do óleo, este saía dos produtores diretamente para portos de comercialização, como Rotterdam, e lá assumiam seu caráter de *commodity*, perdendo a bandeira de determinada empresa ou país. Assim, o mercado que o autor chama de “*spot market*” regulava os preços diferentemente daqueles previstos em contratos e não era capaz de honrar negociações de longo prazo, de modo que os preços neste mercado flutuavam acima dos valores reais.

Neste cenário, adveio um elemento novo neste emaranhado de equações buscadas por produtores, consumidores, empresas, OPEP, etc. Como já verificado em oportunidade anterior, o petróleo figurava claramente como uma arma política interessante a ser utilizada de modo a atingir objetivos específicos que não necessariamente estejam relacionados com a sua própria lógica econômica ou comercial. Assim, em 11 de fevereiro de 1979 ocorre a Revolução Islâmica do Irã.

O Irã é um país importante no contexto do Oriente Médio sob os pontos de vista econômico (figura como segundo maior produtor mundial de petróleo), cultural (a antiga Pérsia, atual Irã, foi uma das grandes civilizações da humanidade e seu legado histórico e cultural espalhou-se pela região e por todo o mundo) e geográfico (este é um dos maiores países do Oriente Médio, faz fronteira com Iraque, Turquia, Turcomenistão, Afeganistão e Paquistão, além de ter ao norte o mar Cáspio e ao sul o golfo pérsico e golfo de Omã; além disso, o Irã está estrategicamente localizado entre o Oriente Médio, Cáucaso e Ásia Central). O país fez sua revolução há trinta anos, que trouxe consigo mudanças extremas para a sociedade, economia e política iraniana, além de transformações sociais abruptas e que

caracterizam o país até hoje. Não somente os iranianos e seus vizinhos foram diretamente afetados pela Revolução Islâmica, mas também o mundo inteiro, ou grande parte dele, dada a repercussão do evento frente ao mercado petrolífero mundial.

O Irã era liderado pelo xá Mohhamad Reza Pahlevi, um monarca autocrático fortemente aliado aos Estados Unidos e simpática ao seu processo de ocidentalização do mundo. Pahlevi promoveu o alto grau de modernização e ocidentalização do Irã, abolindo de sua sociedade a institucionalização de práticas religiosas extremas e promovendo abertura e alinhamento iraniano com os norte-americanos, ingleses e demais aliados.

Entretanto, este era um regime repressor, por dizer até mesmo ditatorial, antidemocrático e violento. O xá estava promovendo a modernização do país, mas o seu *modus operandi* abriu espaço para severas contestações e para a organização de um levante contrário à situação vigente. Três correntes conseguiram pôr em prática uma fórmula conhecida das revoluções de sucesso, na qual grupos de diferentes pontos de vista se unem *ad hoc* no objetivo de derrotar um inimigo (ou opositor) comum. No Irã, esta fórmula acabou provando-se bem sucedida e liberais, religiosos e esquerdistas uniram-se em prol da deposição do regime vigente. Esta foi, segundo Coggiola (2007, p.89), a primeira fase da revolução. A segunda fase fora bem mais revolucionária no sentido de quebra de uma ordem anterior para a imposição de uma nova. Assim, os religiosos tomam o poder no Irã, na figura máxima do *Imam* Khomeini como líder do país.

O povo iraniano estava tomado de revolta pela opressão sofrida à época do xá e o advento religioso desponta de certo modo até messiânico, como muitas vezes verifica-se em caso de revoluções e populações oprimidas, mesmo que a opção não seja propriamente religiosa. Nesse caso, o discurso do retorno ao Islã puro, aos ordenamentos morais e à associação da condição de dificuldade vivenciada pelo povo à modernização em si contaram com o apelo popular necessário para atrair as multidões a fazer a revolução.

No segundo momento da revolução, os religiosos no poder impuseram um forte código islâmico na sociedade (em vigor até hoje), incluindo até mesmo código de vestimenta, leis fundamentadas no Alcorão sagrado e suas interpretações mais extremadas e começou-se a opressão também dos aliados de outrora, esquerdistas e liberais. Qualquer violação à lei islâmica seria punida com o máximo rigor.

Os projetos revolucionários nacionais incluíam renegociação com as empresas estrangeiras instaladas em solo iraniano a explorar o petróleo, principalmente a British Petroleum. A greve dos trabalhadores das indústrias em meio à revolução também figurou como aspecto relevante nesta paralisação da produção.

Novamente verifica-se aí o petróleo como arma política em ação. Ao tomar o poder, os líderes religiosos islâmicos do Irã prontamente colocaram as cartas à mesa para renegociar contratos que lhes fossem mais favoráveis junto aos exploradores do petróleo. Essa atitude demonstra a consciência já adquirida de que o petróleo deveria ser tratado como um recurso estratégico essencial a qualquer articulação política com o país.

Igualmente, no intento de demonstrar força para impulsionar a revolução, durante janeiro e fevereiro de 1979, a greve no setor do petróleo também servia para passar a mensagem de que o petróleo seria utilizado para fins políticos.

O motivo pelo qual este choque do petróleo fora mais violento em relação aos efeitos diretos sobre os consumidores é porque uma aura de pânico tomou conta das populações e o receio ante à falta do recurso intensificaram a força com que esta crise fora assimilada. Consumidores temerosos pela escassez pagavam qualquer preço pelo petróleo; especulação geraria aumento do preço e mais especulação e este comportamento dos próprios consumidores pode ter sido mais maléfico a este evento que propriamente o corte na produção iraniana, pela idéia que propõe Rustow (1982, p.184). O mercado globalizado dos portos e o comportamento mais incisivo dos consumidores que já haviam vivenciado a dificuldade do primeiro choque do petróleo foram cruciais para o

agravamento da crise, de modo que, mesmo após a retomada da produção, os preços haviam sido impulsionados de tal forma que estavam cerca de 50% superiores nos valores de contrato e até 200% mais altos no *spot market* (Idem, p.184).

Segundo Coggiola (2007, p.97): *“em março de 1979, enquanto a Arábia Saudita vendia seu barril a 13,3 dólares, de acordo com o estipulado na OPEP, no mercado livre de Rotterdam o óleo chegava a 23 dólares do barril”*. E continua: *“havia consumidores dispostos a pagar o que fosse para garantir seus estoques”*.

A crise política do Irã somente deu o pontapé inicial para a crise do petróleo. O objetivo do novo governo era de encerrar contratos com os consórcios estrangeiros e negociar individualmente com cada companhia interessada, colocando uma vez mais a força da arma que detinha no centro de barganhas e negociações.

Arábia Saudita, Kuwait e Iraque acabaram entrando em acordo para aumentar sua produção de modo a compensar a diminuição imposta pelo novo ritmo de produção do Irã. Mas, como condição, não venderiam os barris aos preços da OPEP, mas aos preços do mercado livre, bem mais altos. Mas não era suficiente. Ainda faltavam 2 milhões de barris por dia no mercado internacional. Era a crise completa (COGGIOLA 2007, p.99).

Segundo o mesmo autor,

*“a decisão do Irã de não mais vender o óleo às multinacionais que exportavam o petróleo do país, preferindo negociá-lo diretamente com os consumidores pela Companhia Nacional Iraniana de Petróleo (Nioc), na verdade apenas acentuou a pressão na caldeira”*. (Coggiola, 2007, p.100)

Ainda segundo Coggiola (2007), essa foi, como a crise de 1973, uma crise de preços e não de escassez. Para Ikenberry (1984, p.6), este era um embargo inspirado politicamente.

Não bastasse toda a problemática imposta pela revolução e pela nova liderança política iraniana, sucedeu-se a ela a Guerra Irã-Iraque, tão sangrenta como muitos comparam somente às Guerras Mundiais. O conflito durou oito anos, de 1980-1988, colocando o segundo e o terceiro maiores produtores mundiais de petróleo (Irã e Iraque, respectivamente), em guerra.

Inevitavelmente que, em guerra, os países tiveram sua produção de petróleo comprometida sobremaneira e assim sucedeu-se, durante a década de oitenta, a dificuldade em estabilizar preços e fornecimento de petróleo pelo mundo.

O Iraque, largamente armado e abastecido pelos Estados Unidos, Arábia Saudita e União Soviética, enfrentou o Irã por disputas territoriais na província do Kuzestão e também com o objetivo de desestabilizar o novo governo da jovem República Islâmica. Em termos práticos, não houve vencedor, mas as baixas estimadas foram de um milhão e meio de pessoas. O conflito, longo e sangrento, deu continuidade à desestabilização do mercado petrolífero mundial.

Assim, mais uma vez os conflitos regionais no Oriente Médio colocaram o mundo diante de uma dificuldade iminente em manter um mercado internacional de petróleo que seja estável, confiável e de preços garantidos a médio ou longo prazo.

### **3.3. A Guerra do Golfo**

Toda a retórica da Doutrina Carter, anunciando que os Estados Unidos estariam comprometidos a utilizarem todos os meios necessários, inclusive a força militar, para assegurar o fornecimento de petróleo ao país experimentou na Guerra do Golfo a concretização.

Pela primeira vez, em 1991, tropas norte-americanas enfrentaram uma guerra total contra um país árabe (FUSER, 2008, p.175). Além disso, “*a Guerra do Golfo foi o primeiro conflito militar internacional em que o controle de reservas de petróleo desempenhou papel central*” (Idem).

Além do caráter inédito de ter sido o petróleo o motivo principal a desencadear a Guerra do Golfo em 1990, também o envolvimento militar direto dos Estados Unidos nesta ocasião fizeram com que todo o cenário turbulento que veio se desenhando a partir da década de 1970 levasse agora à insustentável relação de petróleo, força militar, Estados Unidos e Oriente Médio que já soava inevitável.

Outro aspecto que encontrou no Golfo Pérsico campo fértil para se desenvolver foi a condição de hegemonia norte-americana logo após o fim da Guerra Fria e, segundo Fuser (2008, p.175), *“o próprio petróleo é um fator de hegemonia”*. Segundo o mesmo autor, os objetivos da guerra contra o Iraque eram: (i) a garantia do acesso ao petróleo do Golfo Pérsico e (ii) a afirmação da hegemonia norte-americana no pós-Guerra Fria.

A invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990 somente iniciou o conflito, e acabou servindo de pretexto para uma série de desenvolvimentos que já vinham sendo amarrados antes do fato. Os Estados Unidos, agora sem a União Soviética influenciando o Oriente Médio, buscava desenvolver uma política coerente para a região, e o Iraque, ao invadir o Kuwait, demonstrou representar uma ameaça indiscutível aos interesses norte-americanos no Golfo Pérsico (KLARE apud FUSER, 2008, p.179).

Entretanto, embora o fator petróleo sozinho não fosse a única preocupação norte-americana, trata-se de um aspecto a ser levado em consideração. O Iraque, terceiro maior produtor de petróleo mundial e o Kuwait, na quarta posição, juntos, possuíam à época 20% das reservas de petróleo do mundo. Permitir que Saddam Hussein sozinho dominasse tamanhas reservas não estaria de acordo com o desenvolvimento de políticas hegemônicas propostas pelos Estados Unidos. Segundo Fuser (2008, p.179), *“se Saddam conseguisse consolidar a anexação do Kuwait [...], em pouco tempo estaria em condições de exercer forte influência sobre os preços e as condições de fornecimento do petróleo do Golfo Pérsico”*. Certamente, um sucesso na invasão ao Kuwait alimentaria o ímpeto expansionista iraquiano, que poderia, inclusive, cogitar utilizar o Kuwait como plataforma para invadir também campos de petróleo sauditas, localizados a uma região de pouca distância do Kuwait. Aos Estados Unidos, não seria prudente contar com este risco. A soberania do reino da Arábia Saudita era de larga importância aos interesses vitais norte-americanos.

Por qual motivo o Iraque iniciou a agressão ao Kuwait? Mais uma vez, o petróleo está no centro de toda a questão. Após a longa guerra de oito anos com o Irã, o Iraque, embora não tenha havido ganhador ou vencedor,



saiu do conflito (assim como o Irã) com grandes dívidas, sua produção de petróleo comprometida e deveria, portanto, retomar as rédeas do seu desenvolvimento e crescimento econômico. Antes de 1980, o Iraque contava com uma posição de potência regional emergente e, após a guerra, tinha dívidas bilionárias com Kuwait, Arábia Saudita e Estados Unidos. Para um país como ele, sua única condição de retomar o crescimento e pagar as dívidas adquiridas com os anos de guerra era através da retomada nos altos níveis de produção petroleira. Entretanto, os dois choques anteriores e a nova configuração do mercado internacional (que já vinha buscando reduzir a dependência do petróleo do Oriente Médio) não lhe eram nada favoráveis. Também não se deixe de mencionar a recessão mundial reduziu o nível de crescimento de vários países consumidores, reduzindo, portanto, a demanda mundial por petróleo. A reconstrução da guerra não seria fácil, e a única riqueza disponível ao Iraque, neste momento, contava com um mercado cada vez mais desfavorável.

A aliança de conveniência entre Iraque e Estados Unidos durante a guerra contra o Irã tinha legado, além dos laços políticos, armamentos ao Iraque. A partir daí, com a autoconfiança elevada e após a declaração da Casa Branca de que *“as relações normais entre os Estados Unidos e o Iraque poderão servir aos nossos interesses de longo prazo e promover a estabilidade tanto no Golfo Pérsico quanto no Oriente Médio”* (National Security Directive 26, 1989), sucedeu-se um dos grandes erros de cálculo da História. Saddam começou a elevar o tom das reivindicações em relação ao Kuwait, acusando-o de descumprir cotas da OPEP e aproveitando o ensejo para reclamar uma área de fronteira riquíssima em petróleo que tem lençóis que se dividem entre os dois países, o campo de Rumaila. O Iraque, então, acusara o Kuwait de subtrair petróleo de seu território. O tom das conversações foi ficando cada vez mais tenso até culminar com a invasão de fato. A conversa de Saddam com a embaixadora norte-americana em Bagdá também concorreu para este erro de cálculo, tendo em vista ela não haver se pronunciado contrária à invasão, somente informado que *“não temos uma opinião sobre os conflitos entre os árabes, tais como o seu desacordo de*

*fronteiras com o Kuwait” (HIRO, apud FUSER, 1008, p.183). Segundo Fuser (2008, p.183), “de sua parte, Saddam dificilmente imaginaria que a invasão do país vizinho viesse suscitar uma resposta militar dos Estados Unidos – e, muito menos, uma guerra em grande escala”.*

O erro de cálculo iraquiano resultou em dois aspectos, o primeiro deles na guerra em si, uma exibição de gala da força militar norte-americana amplamente nutrida e aparelhada durante a Guerra Fria e sedenta a pôr em prática o moderno arsenal construído até ali. Além disso, foi a primeira guerra difundida em tempo real pelos meios de comunicação, uma forma de exportar para o mundo a supremacia norte-americana. O segundo aspecto foi o surgimento da necessidade de estabelecimento de presença militar permanente no Oriente Médio e tomada de uma política mais agressiva para a região, que tentasse minimizar os efeitos de desentendimentos locais e instabilidade política na região sobre o mercado de petróleo.

Tanto que nos anos seguintes, até a próxima crise, houve relativa estabilidade na região, sem maiores problemas de fornecimento de petróleo.

### **3.4. A invasão ao Iraque em 2003**

A dificuldade mais sensível em tratar a Guerra do Iraque de 2003 se dá por esta ainda estar em curso. Certamente, passados seis anos da invasão, o momento que se vive hoje já é bastante diverso do início, entretanto não se tem ainda uma definição clara de que rumos irão tomar as investidas militares norte-americanas no Iraque. Com a saída de George W. Bush e o compromisso de Barack Obama de encerrar a intervenção militar, as expectativas são muitas, mas ainda é muito cedo para revelar qualquer desdobramento mais concreto.

Portanto, considerando os entraves metodológicos da análise, mas não abrindo mão de incluir este evento no rol de práticas que justifiquem o escopo da pesquisa, a invasão ao Iraque será tratada naqueles aspectos já comprovados e desenrolados e buscando as evidências do argumento do trabalho do interesse norte-americano no petróleo no Oriente Médio.

Waack (2006, p.465) propõe que para compreender as causas da invasão em 2003, há de se examinar as mudanças ocorridas no mundo entre a primeira e a segunda Guerra do Golfo. O jornalista ressalta que uma série de acontecimentos desde 1991 transformaram Saddam Hussein em um *“ditador encurralado”*. Desde a diminuição dos gastos com armamentos às resoluções aprovadas pela ONU de enviar ao Iraque inspetores para buscar e destruir armas de destruição em massa, tais medidas impostas pela comunidade internacional diminuía sobremaneira a força e articulação do líder iraquiano.

Após a Guerra do Golfo de 1991, além da presença dos inspetores da ONU, houve também a imposição de um programa que o referido jornalista (Idem, p. 466) caracteriza como *“um dos mais draconianos já impostos a um país derrotado”*. O programa era o *“Oil for Food”*, ou *“Petróleo por Comida”*, no qual foi imposto um boicote ao Iraque e este somente poderia importar alimentos e remédios e, naturalmente, exportar petróleo. A falta de comércio e a situação de humilhação internacional pela qual passou o Iraque durante a vigência do programa durou sete anos.

O desmantelamento e enfraquecimento do governo de Saddam Hussein durante os anos que precederam a guerra foram bastante úteis aos interesses norte-americanos. Waack (2006) e Sébille-Lopez (2006) concordam ao afirmar que o presidente George W. Bush estava mal orientado e mal informado. Os serviços secretos americano e britânico não detinham informações suficientes para sustentar uma ofensiva ao Iraque e o ataque fora sedimentado em argumentos de propagação da democracia, posse de armas de destruição em massa e ligação com grupos terroristas internacionais.

Esses foram os argumentos expostos para a opinião pública doméstica e internacional, mas Sébille-Lopez é categórico ao informar que, dentre os benefícios do empreendimento estavam os 2,8 milhões de barris/dia que Bagdá poderia injetar muito rapidamente no mercado.

Também o papel dos neoconservadores republicanos que “assumiram” juntamente com Bush filho postulavam uma *“utilização mais*

*‘muscular’ do vasto predomínio bélico e tecnológico americano em várias partes do mundo” (Waack, 2006, p.467).*

Assim, com o ataque terrorista de 2001, os Estados Unidos se viram obrigados a reformularem a investida no Oriente Médio, sua postura e seus objetivos na região. Nitidamente houve enorme frustração norte-americana ao serem confrontados com uma realidade de fundamentalismo islâmico terrorista que não esteve no seu controle e cujo resultado fora uma catástrofe nacional no início de um governo republicano neoconservador cujo *modus operandi* inclui a utilização do poderio militar para resolver as querelas.

A deposição de Saddam Hussein funcionou como objetivo estratégico dos Estados Unidos, o qual sugere Sébille-Lopez (2006, p.332): *“desembaraçar o Médio Oriente de um tirano enfraquecido e de um foco potencial de instabilidade, para remodelar a região e exercer pressão sobre o aliado saudita”*. A deposição de Saddam constituiria mais um meio que propriamente um fim da guerra, considerando o potencial foco de instabilidade emergente no Iraque sob sua batuta.

Após o 11 de setembro, a guerra fora declarada e a parte difícil não era (nem foi) o massacre militar imposto pelos exércitos americano e britânico a afegãos e iraquianos, mas a reestruturação da ordem após a investida militar. Como consequência, após a entrada norte-americana e a deposição de Saddam Hussein, eclodiu uma verdadeira guerra civil entre sunitas e xiitas, trazendo à tona questões que se mantinham menos visíveis sob a liderança ditatorial.

Pollack (2008, p.341) aponta que hoje a principal questão aos Estados Unidos no Iraque diz respeito a continuar com sua ocupação militar ou sair. Os problemas de custos são de agenda prioritária e o impacto doméstico sobre as vidas perdidas no Iraque e o questionamento se valeram a pena em relação aos resultados obtidos são questões presentes no debate.

Com a derrota de um regime hostil e instável como o de Saddam, embora o petróleo continue sendo iraquiano, um governo que seja mais

favorável aos Estados Unidos negociaria contratos em condições mais favoráveis e teriam teoricamente um maior comprometimento com o suprimento norte-americano.

Embora a Guerra do Iraque ainda não tenha terminado e não haja conhecimento de como ficará a situação no país após a retirada das tropas americanas e “entrega” do país aos seus cidadãos, é sabido que, ao menos com a opinião pública doméstica, os Estados Unidos tem muitas contas a acertar.

## CONCLUSÕES

Os esforços de compreender uma questão tão complexa como a proposta por este trabalho, referente a envolvimento políticos entre Estados Unidos e Oriente Médio fundamentados no petróleo como arma política, contarão sempre com muitas respostas ausentes. Figuraria este aspecto como uma frustração ao final do trabalho, mas a consciência da magnitude do tema, do emaranhado de teias políticas, econômicas e sociais confortam o conhecimento sobre as limitações desta pesquisa no que se refere ao seu escopo e, principalmente, às suas possibilidades.

Portanto, apesar das inúmeras questões às quais sempre caberão explicações que rendam *per se* vastos trabalhos, as respostas apresentadas no trabalho suprem os objetivos aos quais se propuseram.

A natureza do objeto estudado propõe tais restrições, as quais a pesquisa não encara como falhas, mas como possibilidades além das presentes. Os objetos de pesquisa em Relações Internacionais invariavelmente sofrem de amplitude inerente ao próprio entendimento que se busca construir. Entretanto, o objetivo não é encerrar uma discussão ou pôr um ponto final na questão do petróleo do Oriente Médio como arma política, mas simplesmente contribuir para o debate com uma abordagem que congregasse um entendimento teórico, dados estatísticos atualizados e comprovações práticas do argumento proposto como forma de fortalecê-lo não somente para esta, mas para análises futuras.

Assim, analisar o petróleo como arma política, nas palavras dos mais variados autores apresentados, obrigou o recorte a excluir uma série de outras nuances do petróleo também importantes e não por isso menos interessantes. O aspecto econômico, embora sempre figurasse na sombra do político (majoritariamente buscado pela pesquisa), não fora profundamente analisado. Da mesma forma, as características técnicas que fazem do petróleo uma matriz energética mais ou menos eficaz que outras também não fora analisado.

Portanto, como recurso metodológico, a escolha do aspecto político do petróleo e a escolha de determinada área do planeta e não outra (como Canadá, Rússia, Venezuela, dentre outras áreas grandes produtoras de petróleo) também se deu por uma determinação arbitrária e que não necessariamente exclui ou diminui a importância de outras.

Dentre os fatos que se sucedem nas relações internacionais, alguns aspectos acabam demonstrando relevância maior que outros. E assim é no caso do petróleo do Oriente Médio, seu aspecto político e o envolvimento norte-americano. Qualquer análise internacional contemporânea que exclua a importância do Oriente Médio como zona de desestabilização. Segundo Huntington (1993, p.32), *“o próximo confronto do Ocidente[...] definitivamente virá do mundo muçulmano”*. O 11 de setembro de 2001 trouxe à vista, de uma maneira muito brutal, que era necessário prestar mais atenção ao que vinha acontecendo e se desenvolvendo pelo mundo árabe, islâmico, muçulmano, ou qualquer outra generalização que se queira impor ao Oriente Médio.

Além do aspecto político e social da região, por acaso estão lá localizadas as maiores jazidas de petróleo do mundo. E não por acaso (mas por uma incapacidade de se desvincular de vez dele), o petróleo é uma fonte de energia sem a qual o mundo poderia viver nestes dias. Muito já vem sendo estudado, pesquisado e desenvolvido, mas ainda faltam passos importantes para que o mundo possa viver sem o petróleo, ou minimamente, sem esta dependência colossal que tem nos dias de hoje.

Portanto, o petróleo do Oriente Médio é um fator que requer a atenção das relações internacionais e que impõe àqueles interessados em dominá-lo sofisticação na elaboração de políticas e estratégias para a região para que se resolva a carência sem maiores traumas.

Entretanto, o que a pesquisa conclui é que não vem sendo assim ao longo dos anos. Os países produtores e detentores das reservas de petróleo aprenderam que detinham uma arma política com a qual poderiam barganhar interesses que lhes fossem interessantes. Os países desenvolvidos (ocidentais, hegemônicos, ou qualquer outro termo, desde

que daí destaque-se os Estados Unidos), altamente dependentes do petróleo, enxergam nessa estratégia algo que não lhes agrada e contra a qual lutam em cada ação voltada para a região.

Portanto, muito no seio da OPEP, os países produtores vêm ditando preços, cotas de produção e políticas de embargo e alianças ao sabor de seus interesses individuais. Para conquistar a simpatia dos produtores, nem sempre é necessário somente ceder aos seus caprichos. Os Estados Unidos vêm enfrentando, ao longo dos anos, desafios extremos ao negociar individualmente com cada um dos países produtores buscados nesta pesquisa, especialmente aqueles cinco maiores Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Emirados Árabes Unidos.

O reino saudita é o grande aliado norte-americano dentre estes países, cujas relações são sólidas à medida em que um atende primorosamente aos interesses do outro. Vem sendo assim ao longo dos anos e a Arábia Saudita se mostrou um aliado importante ao ser capaz de compensar, em muitos momentos de crise, a carência de suprimento petrolífero aos Estados Unidos, em troca de apoio irrestrito à sua condição de potência regional.

O Irã vive entraves nas relações com os Estados Unidos há trinta anos e as perspectivas de mudança, embora muito comentadas, não são claramente visíveis. Desde a Revolução Iraniana, que culminou com o segundo choque do petróleo, os Estados Unidos sofreram bastante as consequências da diminuição em sua produção, da longa guerra contra o Iraque e da dificuldade em negociar contratos com o país. É, sem dúvida, um dos maiores calos nos sapatos norte-americanos e cujas condições de reversão ainda não são claras o suficiente para vislumbrar um futuro mais pacífico entre os dois países.

O Iraque se transformou em um caso emblemático na história da política externa norte-americana, especialmente a história mais recente. Desde as relações amistosas até a década de 1970 até a aliança na guerra contra o Irã, o Iraque viu mesmo sua situação mudar de face com a Guerra do Golfo de 1990-91, quando um erro de cálculo iniciou uma invasão ao



Kuwait contando que os Estados Unidos não fossem intervir. O erro fez da guerra um show norte-americano que, a despeito de qualquer outro argumento retórico, não iria permitir um expansionismo desta monta no Oriente Médio, especialmente por um país que, se lograsse êxito em seu desiderato, dominaria aproximadamente 20% das reservas de petróleo do mundo. Lidar com os países produtores de petróleo individualmente já é complexo o suficiente para os Estados Unidos para que se permitisse fazê-lo com um único ator detentor de tamanho poder. Igualmente, no último episódio ainda em curso, os Estados Unidos buscaram com sucesso depor uma liderança iraquiana que lhe era hostil como forma de facilitar as relações entre os dois países.

No Kuwait, os Estados Unidos contam com relações não tão intensas como Iraque ou Arábia Saudita, mas importante assentamento militar que envolve uma gigantesca base militar (Camp Doha), inclusive utilizada em 2003 como plataforma para a invasão do Iraque. Também possui no país a Base Aérea Ahmed Al Jaber, operada inteiramente pelos Estados Unidos. Na Guerra do Golfo, os Estados Unidos lutaram contra o Iraque por ocasião da invasão do Kuwait. Não por simpatia ou outro tipo de aliança com o Kuwait, mas para deter o ímpeto expansionista de Saddam Hussein e minimamente garantir algum equilíbrio de poder na região.

Por fim, os Emirados Árabes não figuram como aliados estratégicos dos Estados Unidos de uma maneira muito ampla, mas sua rede militar no Oriente Médio conta com importantes pontos presentes no país. Os americanos têm acesso à base aérea de AL-Dhafra por meio de um acordo de cooperação assinado pelos dois países e também o porto de Jebel Ali é uma das principais bases de suprimentos da Marinha norte-americana no mundo.

Assim, as redes de relacionamento entre os Estados Unidos e estes países estão sempre na agenda internacional de Washington, mas nem por isso os americanos detêm algum grau de conforto nessa esfera.

Ao longo da História recente, os dois lados utilizaram-se do petróleo como elemento político para pautar suas ações. Desde 1973, quando

primeiramente fora verificada esta nuance que poderia ter o petróleo, o mundo não pára de utilizá-la. Nos exemplos da Guerra do Yom Kippur e da Revolução Iraniana, foram os produtores que ditaram as normas e impuseram quanto de embargo lhes fora interessante até pautar o mercado com valores que atendessem aos seus interesses ou que pautassem as relações que desejassem. A partir dos eventos seguintes utilizados nesta pesquisa, nas duas guerras do Golfo, de 1990-91 e de 2003, foi o outro lado, os Estados Unidos, que decidiu tomar as rédeas e não mais permitir que fossem vítimas de novos choques ou crises de preço e fornecimentos.

O resultado é que os dois lados aprenderam com as experiências próprias que o petróleo pode ser uma arma política interessante e que nenhum dos dois lados está disposto a abrir mão dela.

Para os países produtores, o importante é manter os níveis de produção de acordo com os seus interesses e pautar as conversações segundo os seus ditames. Isso já fora possível algumas vezes e o ideal para este lado é manter o controle sobre a extração e produção do petróleo para obrigar os países consumidores dependentes a sentarem à mesa de negociação sempre que lhes seja interessante. Do outro lado, os países consumidores (sempre exemplificados nesta pesquisa pelos Estados Unidos) já aprenderam com as lições dos choques e crises, que devem ter algum controle geopolítico, militar, econômico ou todos estes da região para minimizar sua dependência e sua vulnerabilidade quanto às tomadas de decisão dos países produtores. A História registra investidas das mais diversas frente à obtenção destes objetivos, desde intervenções militares bem sucedidas, mal sucedidas à diplomacia e negociação.

Alianças e guerras já foram proclamas no Oriente Médio em nome do petróleo, e a lição que fica é que não há e não deve haver no futuro, alguma fórmula mágica para o sucesso das duas partes envolvidas. Espera-se que nos campos de petróleo da região, não se veja tanto derramamento de sangue como vem-se observando ao longo dos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AL-SOWAYEGH, Absulaziz H. *Arab Petropolitics*. London, Canberra: Croom Helm, 1984.

BRITISH PETROLEUM 2008. *Statistical Review of World Energy 2008*, British Petroleum. Disponível em <  
[http://www.bp.com/liveassets/bp\\_internet/globalbp/globalbp\\_uk\\_english/reports\\_and\\_publications/statistical\\_energy\\_review\\_2008/STAGING/local\\_assets/downloads/pdf/statistical\\_review\\_of\\_world\\_energy\\_full\\_review\\_2008.pdf](http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/downloads/pdf/statistical_review_of_world_energy_full_review_2008.pdf)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Iraniana*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

FUSER, Igor. *Petróleo e Poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

HUNTINGTON, Samuel. *The Clash of Civilizations?* In: Foreign Affairs, Summer 1993.

IKENBERRY, g. John. *Reasons of State: Oil Politics and the Capacities of American Government*. Ithaca, London: Cornell University Press, 1988.

KERN, Soeren. *Cómo la demanda de petróleo determina La política exterior estadounidense*. Real Instituto Elcano, ARI nº. 74/2006, Mimeo, 18 jul. 2006. Disponível em:  
 <[http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/1015/1015\\_SoerenKern\\_Petroleo\\_politicaExterior\\_EEUU.pdf](http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/1015/1015_SoerenKern_Petroleo_politicaExterior_EEUU.pdf)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2009.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY 2008. *Key World Energy Statistics 2008*. Paris, 2008. Disponível em: <  
[http://www.iea.org/textbase/nppdf/free/2008/key\\_stats\\_2008.pdf](http://www.iea.org/textbase/nppdf/free/2008/key_stats_2008.pdf)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2009.

KLARE, Michael T. *The New Geography of Conflict*. In: Foreign Affairs, May/June 2001.

LINS, Hoyêdo Nunes. *Energia e Geopolítica dos Recursos Energéticos no Capitalismo Contemporâneo*. In: Texto para Discussão nº 03/2008. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

MORGENTHAU, Hans. J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. McGraw Hill: EUA, 1993.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NSD-26. *National Security Directive 26*. US National Security Council. "US Policy Toward the Persian Gulf". Disponível em <[www.fas.org/irp/offdocs/nsd/nsd26.pdf](http://www.fas.org/irp/offdocs/nsd/nsd26.pdf)>. Acesso em: 22 de março de 2009.

NUNES, Rui. *Do Médio Oriente à Ásia Central: o petróleo*. In: Janus, 2003.

POLLACK, Kenneth M. *A Path out of the Desert: a grand strategy for America in the Middle East*. Nova York: Random House, 2008.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RUSTOW, Danwark A. *Oil and Turmoil: America faces OPEC and the Middle East*. New York, London: W. W. Norton & Company, 1982.

SÉBILLE-LOPEZ. *Geopolíticas do Petróleo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

WAACK, William. *Guerras do Golfo*. In: MAGNOLI, Demétrio (org.) *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.

WALTZ, Kennedy. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa, Gradiva, 2002.

YERGIN, Daniel. *The Prize: the epic quest for oil, money and power*. Touchstone Books, 1993.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ADELMAN, M. A. *Is the Oil Shortage Real?* In: *Foreign Policy*, 1974.

FREEDMAN, Lawrence. *A Choice of Enemies: America confronts the Middle East*. New York, Public Affairs, 2008.

MAACHOU, Abdelkader. *La OPAEP y el petróleo árabe*. Paris: Berger-Levrault, 1982.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LINS, Hoyêdo Nunes. *Energia e Geopolítica*. In: *Atualidade Econômica*, Ano 18, nº. 49. Florianópolis: Janeiro-Julho, 2006.

OTTAWAY, Marina *et al.* *The New Middle East*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2008.

SUSLICK, Saul B. *E se o petróleo acabasse no ano que vem?* Correio Braziliense – Atualidades, Brasília, 10 fev. 2002.